



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL - UFRJ

Evylayne Silva de Oliveira

A TRAJETÓRIA DA LUTA PELA TERRA NO BRASIL:
uma análise do MST e suas pautas de luta

Rio de Janeiro
2023

Evylayne Silva de Oliveira

A TRAJETÓRIA DA LUTA PELA TERRA NO BRASIL: uma análise do
MST e suas pautas de luta

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Escola de Serviço
Social da Universidade Federal do
Rio de Janeiro, como parte dos
requisitos necessários à obtenção do
grau de bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Tatiana Brettas

Rio de Janeiro

2023

Aprovado em: 13/01/2023

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Tatiana Brettas Waehneltd
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Profa. Dra. Andrea Moraes Alves
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Profa. Dra. Leile Silvia Candido Teixeira
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Encontrou-se, em boa política, o segredo de fazer morrer de fome aqueles que, cultivando a terra, fazem viver os outros.

Voltaire

RESUMO

OLIVEIRA, Evylayne Silva. A trajetória da luta pela terra no Brasil: Uma análise do MST e suas pautas de luta. Rio de Janeiro, 2023. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Serviço Social) – Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

O presente trabalho possui o objetivo de analisar a trajetória da luta pela terra no Brasil atual e as formas de organização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra (MST). Neste sentido, essa pesquisa irá retomar o processo de desenvolvimento da formação brasileira para apontar como se deu a concentração de terras. Apontaremos as influências da questão agrária na questão social e suas formas de manifestação. Outro ponto a ser analisado é o processo de industrialização brasileira e as consequências causadas aos trabalhadores rurais, principalmente no período da ditadura empresarial militar que impulsionou a modernização do sistema industrial e a consolidação do capitalismo monopolista. Ademais, o trabalho busca apontar as alterações do sistema agrícola nesse processo de desenvolvimento do capitalismo dependente. Outro fator a ser apontado se refere as mazelas causadas pelo agronegócio ao meio ambiente e aos trabalhadores, além do surgimento do MST, sua transformação e propostas de reforma agrária popular na atualidade.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	6
2 O PROCESSO DE CONCENTRAÇÃO DE TERRAS NO BRASIL	10
2.1 O período colonial e a formação do latifúndio.....	10
3 A AGRICULTURA CAPITALISTA E O TRABALHADOR DO CAMPO	25
3.1 A modernização do campo e a proletarização do trabalhador rural	26
3.2 A agricultura na ditadura empresarial militar (1964-1982).....	32
4 AS ALTERAÇÕES DO SISTEMA AGRÍCOLA E A FORMAÇÃO DO MST	39
4.1 A política agrária da ditadura e a formação do Movimento dos trabalhadores rurais sem-terra (MST).....	39
4.2 O agronegócio e o amadurecimento do MST.....	45
4.3 As disputas pela terra na atualidade e as principais bandeiras de luta do MST	50
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	56
REFERÊNCIAS	59

1 INTRODUÇÃO

A questão agrária no Brasil possui origem desde o século XVI com a ocupação portuguesa através da distribuição do território brasileiro e para além mão de obra dessa repartição, existiram políticas que fortaleceram a manutenção da concentração de terras mesmo após o período colonial, como por exemplo a lei de terras (lei nº 601). Essa lei passou a determinar a terra como propriedade privada, fazendo com que o acesso à terra fosse restrito apenas a pessoas que tivessem dinheiro comprá-la. Essa problemática se reflete em mais de 5 séculos de luta entre a população rural e a burguesia agrária e logo depois a burguesia industrial. As lutas ocorreram de acordo com a conjuntura de cada período histórico e nesta longa caminhada foi amadurecendo e servindo de arcabouço para a construção do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra (MST) no final do século XX.

O movimento ficou nacionalmente conhecido e com base em seu método dialético, além de lutar pela terra, passou a levantar pautas políticas de reforma agrária e de transformação social. O MST possui uma trajetória de quase quatro décadas. Nessa caminhada realizou uma transformação na luta dos trabalhadores rurais em direção a uma luta agrária popular, levando em consideração que é necessária a participação de toda sociedade para lutar por mudanças que sejam capazes de abalar essa questão estrutural que afeta a população de modo geral. Segundo dados do Censo Agropecuário de 2017, a concentração de terra é uma problemática que vem se agravando. De acordo com a pesquisa, apenas 1% dos proprietários de terra controlam quase 50% da área rural do Brasil. E já os estabelecimentos com áreas menores, de 10 ou menos hectares, representam metade das propriedades rurais, mas representam apenas 2% da área total. Portanto, é notório que a concentração permanece fortemente presente até os dias atuais e reflete em níveis altíssimos de desigualdade e nas diversas formas de expressão da questão social.

A ascensão do modo de produção capitalista foi desenvolvida no Brasil sem que houvesse uma reforma agrária, muito pelo contrário, com o desenvolvimento desse sistema, a concentração de terras nas mãos de poucas pessoas tornou-se ainda mais acentuada. Este processo foi extremamente

violento para os camponeses que foram separados de seu meio de produção de maneira arbitrária. Contudo, a consolidação do sistema capitalista dependente provocou diversos ataques à classe trabalhadora, que nesse processo conseguiu se organizar e formar grupos populares desenvolvendo pautas como forma de resistência.

O objetivo geral desse trabalho é compreender a trajetória da luta pela terra no Brasil atual. E foram desenvolvidos como objetivos específicos, pesquisar sobre como ocorreu o processo de concentração de terras no Brasil; analisar as condições e especificidades do trabalhador no meio rural; identificar as influências do agronegócio para a economia brasileira; analisar as influências do MST na luta pela terra e analisar as propostas de reforma agrária popular elaborada pelo MST.

O interesse por esse tema surge após o contato com uma disciplina chamada Economia do Brasil Contemporâneo e Serviço Social, onde foi possível obter uma aproximação com o debate sobre a realidade econômico-social brasileira, as particularidades do nosso processo de industrialização, as transformações e impactos causados a classe trabalhadora durante a ditadura empresarial militar e as contradições do sistema capitalista. Foram pontos que marcaram e deram espaço a muitas inquietações. Ademais, o fato do Brasil possuir uma grande capacidade agrícola e ao mesmo tempo ter um alto índice de pessoas em situação de extrema pobreza passando fome não pela impossibilidade de produzir alimentos, mas sim pela lógica de produção instaurada, provocou uma grande aflição em compreender essa contradição. Apesar dessa situação ser uma das características presentes nesse modo de produção, ela se torna mais acentuada por estarmos inseridos em uma economia dependente que produz para servir ao mercado externo.

Vale ressaltar ainda, que questão agrária é um dos fatores determinantes da extrema desigualdade social presente no país que além de afetar toda a classe trabalhadora, provoca graves consequências ambientais. Foi necessário definir os conceitos de questão agrária e reforma agrária que, apesar de estarem articulados, possuem definições distintas. Entende-se por questão agrária, as problemáticas surgidas a partir do processo de formação brasileira e reforma agrária, pela política pública que serve para reparar esse problema estrutural político, econômico e social.

Desta maneira, compreender esse problema estrutural é necessário para analisar as complexidades presente nesse sistema repleto de contradições para que seja possível organizar uma luta coletiva em busca de uma nova ordem societária. Esse trabalho de conclusão de curso se faz necessário como contribuição acerca de um debate extremamente importante para a politização do indivíduo, sendo desta forma, um instrumento que contribua para promover a reflexão coletiva para combater essa máquina de alienação presente em nossa sociedade.

Para discorrer sobre a questão agrária os principais autores utilizados como referência bibliográfica foram Ianni (1978), Moura (1994), Prado (2000) foram essenciais para contribuir no resgate da formação brasileira. Outros autores foram fundamentais que contribuiriam para este trabalho, Silva (1984) Stedile (2011), Fernandes (2000), Delgado (2012). Sendo possível a compreensão de aspectos fundamentais que integram as especificidades brasileiras desde a ascensão do capitalismo dependente até a conjuntura atual.

Este trabalho está dividido em 5 capítulos, o primeiro se inicia com essa introdução ao tema apresentado, o segundo realiza uma abordagem do período colonial e a formação dos latifúndios, além expor o surgimento da questão social atrelada a questão agrária. Em seguida, é exposto o processo de modernização da agricultura, a proletarização do trabalhador no campo e as influências do regime de ditadura empresarial militar. Posteriormente, realizamos uma análise nas alterações do sistema agrícola nas últimas décadas do século XX e no século XXI. A formação do movimento dos trabalhadores rurais sem-terra (MST) em conjunto com seu amadurecimento durante esse mesmo período. Além de abordar os malefícios causados pelo agronegócio. Por último, são realizadas considerações finais sobre o trabalho.

Neste sentido, a construção desse trabalho é resultado do processo de formação no curso de Serviço Social. Considerando que um dos princípios fundamentais da categoria de assistentes sociais diz respeito a um projeto profissional que esteja vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária – sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero como um dos princípios previsto no condigo de ética profissional (Lei 8662/93), assim como outros princípios que fazem menção a defesa da classe trabalhadora – este trabalho possui o intuito de expressar o caráter pedagógico do Serviço Social e

contribuir como instrumento de informação de uma breve análise da trajetória de luta pela terra.

2 O PROCESSO DE CONCENTRAÇÃO DE TERRAS NO BRASIL

2.1 O período colonial e a formação do latifúndio

A presente seção possui o objetivo de analisar o período colonial e a formação do latifúndio no Brasil, levando em consideração as características do processo de produção, marcado pela monocultura nos latifúndios, baseado no trabalho escravo para o mercado europeu. Levaremos em consideração as contradições do trabalho escravizado, além das influências da colonização na Europa para compreendermos como se deu o processo de colonização brasileira e o sentido desta ocupação que nos deixou como legado colonial os grandes latifúndios.

Para isto, precisaremos abordar o que foi o período colonial não apenas no Brasil como no continente americano como um todo para entendermos as particularidades da formação social brasileira. Prado Jr. (2000), aborda que o Brasil é apenas um mero detalhe perto da imensidão que foi a transformação de Portugal em uma grande potência mundial, ou seja, o nosso país compõe apenas uma parte da macroestrutura que foi o “descobrimento” do novo continente que mais tarde receberia o nome de América.

A colonização portuguesa na América não é um fato isolado, a aventura sem precedentes e sem seguimento de uma determinada nação empreendedora; ou mesmo uma ordem de acontecimentos, paralela e outras semelhantes, mas independente delas. É apenas a parte de um todo, incompleto sem a visão deste todo. Incompleto que disfarça muitas vezes sob nações que damos como claras e que dispensam explicações; mas que não resultam na verdade senão hábitos viciados de pensamento. Estamos tão acostumados em nos ocupar com o fato da colonização brasileira, que a iniciativa dela, os motivos que a inspiraram e determinaram, os rumos que tomou em virtude daqueles impulsos iniciais se perdem de visão. (PRADO Jr, 2000, p. 21)

No século XV, Portugal inicia a exploração além do mar, através das grandes navegações. O país europeu, além de obter a vantagem de estar bem localizado geograficamente, consegue disparar na frente dos outros países com sua estratégia de buscar por empresas que não tivessem concorrentes já

estabelecidos. A princípio os países europeus tinham como objetivo roubar itens valiosos no chamado novo mundo para vender em seu continente de origem, tornando-se assim, traficantes em busca de mercadoria para obtenção de lucro. É justamente este o sentido da colonização. O planejamento inicial nunca foi povoar, porém, foi a opção mais acessível, levando em consideração a falta de bens valiosos à primeira vista como ouro, prata e afins. Restando, desta forma, a estratégia de povoar para organizar o processo de produção e exportação das mercadorias que seriam comercializadas na metrópole. Iniciando assim, a produção em massa de cana de açúcar e tabaco que eram itens de grande valia para os comerciantes. O açúcar era tão valioso que chegaria ao ponto de ser cobijado como presente de casamento pelas rainhas, tamanha era sua raridade na época.

Prado Jr. (2000), alerta que a América foi colonizada de duas maneiras distintas. Na zona temperada foi destinada ao povoamento que recebeu muitos imigrantes por questões políticas, econômicas e até religiosas. Além disso, o fato do clima ser semelhante com o qual os europeus estavam acostumados, facilitou a adaptação dessa população que não possuía grande poder aquisitivo e não estava satisfeita com o seu continente de origem. De forma diferente, a Zona tropical e subtropical foi destinada à exploração da agricultura. Isto ocorreu, por conta do clima ser distinto do europeu, fato que acabou permitindo o plantio de produtos que não eram possíveis cultivar na metrópole. Ademais, diferente dos novos habitantes da Zona temperada, os imigrantes possuíam um grande poder aquisitivo. Enquanto na Zona temperada migraram pessoas pauperizadas em busca de melhores condições de vida, na Zona tropical e subtropical chegavam empresários com condições suficientes para investir em grandes produções de cana-de-açúcar e na construção de engenhos para a administração dos negócios que permitiria mais tarde a acumulação primitiva.

A chamada acumulação primitiva, caracteriza-se pela transição de um sistema de produção para outro. Na Europa ela ocorre com a transição do Feudalismo para o capitalismo através da separação do trabalhador dos meios de produção. Na América, especificamente no Brasil acontece com a passagem do comunismo primitivo para o capitalismo, cujo primeiro fator mais importante é o papel agrário (ALMEIDA e BEZERRA, 2018, p. 129). Esse processo não se dá literalmente pela separação da população indígena da sua terra, mas de certa

maneira ocorre um determinado tipo de separação, não apenas de suas tradições e da relação que eles tinham com a natureza, como também do seu modo de existência como um todo. Já a população negra escravizada sofreu com a diáspora africana, que ocorreu através da migração forçada, separando a população africana de seus costumes religiosos, da sua língua natal e da sua cultura como um todo, ou seja, em termos comparativos, a separação que ocorre no Brasil é o distanciamento da própria história da população indígena e africana, onde ambas perderam sua própria identidade.

As determinações da acumulação primitiva, no exemplo inglês, exigiram dos trabalhadores sua liberação da terra e sua separação dos meios de produção como pressupostos da acumulação. Numa comparação, essas mesmas determinações exigiram de nossos remanescentes indígenas e africanos o seu aprisionamento à terra e aos meios de produção como escravos, movimento que se produzia e reproduzia a partir da expansão, intensificação e dominação da produção e do mercado europeu. Estes elementos expressavam, sem dúvida, desde já, as leis irrefutáveis do capitalismo, que terminariam por envolver todo o globo à sua dominação. (ALMEIDA; BEZERRA, 2018, p. 125)

O sequestro da população africana e indígena surge com interesse exclusivamente mercantil, levando em consideração a necessidade por força de trabalho para a produção nos engenhos, tendo em vista, que os donos de engenhos não estariam dispostos a usar da sua própria força de trabalho. Em primeiro momento, os povos originários passam a ser explorados e logo depois, os negros são sequestrados do continente africano através da diáspora, já que no momento, o trabalho escravizado era a única forma possível de força de trabalho. Em breve iremos analisar os motivos. Vale mencionar também, que antes do processo de tráfico de escravos para o Brasil, Portugal já havia colonizado as Ilhas do atlântico: Cabo verde, Ilha da Madeira e Açores, e seguiu com suas navegações para o Sul com o objetivo de contornar o Périplo Africano e conseguir colonizar Angola e Moçambique, ou seja, Portugal pode adquirir uma vasta experiência em explorar a força de trabalho da população negra que muito provavelmente serviu para facilitar o rapto desse grande quantitativo de pessoas do seu continente. (PRADO Jr., 2000, p. 22).

Como mencionado anteriormente, no Brasil e nos outros países colonizados, a exploração se deu por meio do trabalho forçado e não através do

trabalho livre que ocorria na Europa mesmo ocorrendo simultaneamente no mesmo período. Ianni (1977), nos aponta que um dos motivos para o trabalhador não ser assalariado seria por conta do grande volume de terras desabitadas que permitiriam que os trabalhadores na condição de livres, tivessem chances de guardar uma determinada quantia para apropriar-se das terras ainda não ocupadas e abandonasse o sistema de plantation. Além disso, as metrópoles não obtinham um grande quantitativo de força de trabalho disponível para migrar para as colônias, surgindo então, uma grande demanda pelo trabalho escravo. Contudo, a escravidão é uma resposta à demanda comercial, haja vista que a ocupação do território brasileiro tinha como intuito atender ao comércio exterior. Portanto, o Brasil se constitui como uma empresa comercial.

Há um ajustamento entre os tradicionais objetivos mercantis que assinalam o início da expansão ultramarina da Europa, e que são conservadores, e as novas condições em que se realizará a empresa. Aqueles objetivos, que vemos passar para o segundo plano nas colônias temperadas, se manterão aqui e marcarão profundamente a feição das colônias do nosso tipo, ditando-lhes o destino. No seu conjunto, e vista no plano mundial e internacional, a colonização dos trópicos toma o aspecto de uma vasta empresa comercial, mais completa que a antiga feitoria, mas sempre com o mesmo caráter que ela, destinada a explorar os recursos naturais de um território virgem em proveito do comércio europeu. É este o verdadeiro sentido da colonização tropical, de que o Brasil é uma das resultantes; e ele explicará os elementos fundamentais, tanto no econômico como no social, da formação e evolução histórica dos trópicos americanos. (PRADO Jr., 2000, p. 31)

Ianni (1978) esclarece a necessidade de analisar o progresso das forças produtivas e das relações de produção levando em consideração as mudanças decorrentes da acumulação primitiva, para compreender em que medida o mercantilismo se prepara para o capitalismo. O autor afirma que a criação do trabalhador escravo na América e do trabalhador livre na Europa ocorre através do mesmo contexto social, portanto o negro escravizado esteve na origem do operário. Desta forma, além do escravizado servir a burguesia nacional, ele teria sua exploração intensificada pelo mercado externo, levando em consideração que o capital nacional estaria subordinado ao internacional.

Durante o ápice do capital comercial, o processo de circulação é dominado pelo comerciante, mas não o processo produtivo, que fica a comando

e é relevante apenas para o dono da plantation, tendo em vista que é por meio da circulação da mercadoria que advém a concentração de capital nas mãos do comerciante. Essas mercadorias eram produzidas na colônia através da exploração dos trabalhadores que só era possível através da sua retirada dos meios de produção. O processo de mercantilização era dado basicamente pela ação de compra de um produto por um baixo custo e venda por um preço mais elevado e com a circulação da mercadoria ocorre a obtenção do lucro.

A crise da escravidão ocorre internacionalmente por meio do mercantilismo e provoca mudanças radicais na estrutura da sociedade. Ianni (1978), aponta que a grande contradição nessa transição estaria relacionada a dois polos, capitalismo industrial e escravatura, já que os dois são desenvolvidos paradoxalmente em um mesmo contexto social, ou seja, a base para a grande acumulação de riqueza na Europa se dá por cima da extrema expropriação da força de trabalho escravizada no América.

Foi o capital comercial que comandou a consolidação e generalização do trabalho compulsório no Novo Mundo. Toda a formação social escravista dessa área estava vinculada, de maneira determinante, ao comércio de prata, ouro, fumo, açúcar, algodão e outros e produtos coloniais. Esses fenômenos, protegidos pela ação do Estado e combinados com os progressos da divisão do trabalho social e da tecnologia, constituíram, em conjunto, as condições da transição para o modo capitalista de produção. (IANNI, 1978, p. 6)

Ianni (1978), desenvolve os motivos do capitalismo entrar em contradição com a escravatura e aponta as circunstâncias na colônia e na metrópole que permitiram a ascensão do capitalismo se dar por meio da acumulação primitiva, sendo ela, um desenvolvimento revolucionário que ocorreu no âmbito social, político e econômico, e preparou a sociedade para um novo modo de produção. A base da organização social ocorria através do sistema plantation que é composto pelos latifúndios, a monocultura, a submissão ao mercado exterior e a mão de obra escravizada. O capital comercial cria mecanismos na estrutura das metrópoles e do chamado novo mundo para desenvolver o modo de produção capitalista.

Existiram dois aspectos fundamentais para que ocorresse essa acumulação inicial seriam eles, a força de trabalho e o capital, essas duas frentes

se dão respectivamente pela separação do indivíduo a propriedade dos meios de produção de maneira com que o mesmo não tivesse a possibilidade de acesso à terra para manutenção da sua subsistência, sendo desta forma, obrigado a vender sua força de trabalho para sobreviver. E com relação ao capital ocorre com a acumulação e concentração utilizando o mercado internacional como base para este aumento, ou seja, a consolidação da intensificação do trabalho não apenas no Brasil, como na América no geral, ocorre para atender as demandas do capital comercial europeu.

2.2 Questão agrária e questão social no Brasil

O segundo ponto deste capítulo possui o objetivo de analisar a trajetória de luta pela terra no Brasil, levando em consideração a questão agrária brasileira e as diversas formas de expressões da questão social que surgiram a partir desta problemática. Além disso, iremos abordar as influências causadas pela lei de terras, a pressão externa que o Brasil recebeu para encerrar o tráfico de pessoas escravizadas e de que forma ocorreu o início da transição do trabalho escravizado para o trabalho livre.

Iniciaremos esta análise definindo o conceito de questão agrária. Segundo Rocha e Cabral (2016) este fenômeno é um fato complexo que foi determinado desde a formação brasileira repleta de conflitos desde sua gênese que desencadeou em um problema estrutural político, econômico e social no campo que traz profundas consequências até os dias atuais. Os autores destacam que apesar do conceito estar totalmente conectado com o de reforma agrária, os mesmos possuem definições completamente distintas. Já a reforma agrária, caracteriza-se por uma política pública, cujo seu objetivo deveria reduzir com os conflitos desenvolvidos pela questão agrária. A política de reforma agrária é vista como uma conquista vitoriosa para a população do campo que luta por um pedaço de terra.

A distribuição de terras aconteceu no Brasil nas primeiras décadas do século XVI através de um sistema administrativo chamado de Capitânicas Hereditárias que dividiu o país em 15 unidades administrativas, ou seja, o país inteiro foi dividido primeiramente em 15 extensões de terra que eram comandadas pelo total de 12 capitães donatários com a função de povoar e

proteger as capitanias. Desta forma, os capitães donatários tinham autonomia para doar os lotes de terras ainda não explorados. Esses lotes eram chamados de sesmaria e é justamente na divisão desses lotes que encontra-se a raiz latifundiária, mas iremos nos aprofundar sobre essa questão mais adiante. (ROCHA; CABRAL, 2016)

O sistema colonial de distribuição de terras foi o responsável pela formação do latifúndio e não favoreceu a pequena propriedade. E sem a pequena propriedade, o latifúndio constituiu a unidade econômica básica da colônia. O sistema de concessão de terras por sesmarias foi abolido após a independência do Brasil em 1822, com a revogação da legislação portuguesa, que passou a não mais estender-se sobre as terras do Brasil (ROCHA; CABRAL, 2016; p. 77).

Em termos comparativos, se a distribuição das capitanias hereditárias foi a raiz do sistema latifundiário, a Lei de terras foi o tronco que fortaleceu essa gigantesca árvore que é o sistema oligárquico dos monopólios. A lei de terras, nº 601 foi criada em 18 de setembro de 1850, fazendo com que a terra deixasse de ser um bem natural para tornar-se uma propriedade privada, ou seja, uma mercadoria da qual só poderia ser apropriada por quem tivesse capital suficiente para adquirir. Esta lei gerou consequências péssimas para a população mais pobre.

A sociedade capitalista se baseia na relação de igualdade e liberdade defendida durante a 'Revolução Francesa', discurso que foi assimilado pelo capitalismo nascente. Nesse discurso, os trabalhadores expropriados devem ser livres para vender sua força de trabalho a quem puder pagar. (ROCHA; CABRAL, 2016, p. 77).

A lei de terras, assim como a lei Eusébio de Queiroz que foi criada alguns dias antes, foram determinadas por forte influência inglesa para acabar com o tráfico de pessoas escravizadas e substituir a força de trabalho forçada pela dita como livre. Desta forma, o intuito era que o indivíduo escravizado fosse livre para vender sua força de trabalho e não que o mesmo conseguisse adquirir a terra, inclusive a lei de terras foi justamente para que os mesmos não utilizassem as terras devolutas e não houvesse como manter sua subsistência, dependendo

assim, exclusivamente da venda da sua força de trabalho como já analisamos na primeira parte do capítulo.

A Lei no 601, de 1850, foi então o batistério do latifúndio no Brasil. Ela regulamentou e consolidou o modelo da grande propriedade rural, que é a base legal, até os dias atuais, para a estrutura injusta da propriedade de terras no Brasil. (STEDILE, 2012, p. 25, apud ROCHA; CABRAL, 2016, p.77).

Como abordamos anteriormente, o nosso modo de produção foi definido pelo continente europeu a partir da colonização, impondo sua cultura dita como civilizada aos povos originários e aos imigrantes africanos recém-chegados, mesmo que tenham chegado destruindo o território brasileiro com o apoio do Estado e da Igreja Católica. É através do escravismo que a produção para a exportação é garantida para atender as demandas da metrópole. A violência e os métodos brutais de exploração, eram os mecanismos para potencializar a economia e o agrupamento da colonização, tributação regressiva, dívida pública e protecionismo formaram o conjunto perfeito para fomentar a concentração de riquezas no continente europeu. (CASTELO; RIBEIRO; ROCAMORA, 2020).

Segundo Castelo, Ribeiro e Rocamora (2020), a passagem do modo de produção pré-capitalista para o capitalismo dependente ocorreu no início do século XIX, durante o processo de independência, onde apesar do trabalho livre tornar-se predominante na relação social de produção, o arcaico ainda estava presente. A independência no Brasil ocorre de forma bem distinta, se comparada com outros países da América Latina que adquiriram sua emancipação após diversos conflitos militares com o apoio popular e de parte das classes dominantes. A independência brasileira é definida como “independência pelo alto” tendo em vista que a participação foi composta apenas pelas classes dominantes sob opressão do Estado, permanecendo desta forma, com sua estrutura latifundiária intacta, mantendo sua economia monocultora com base no trabalho escravizado com objetivo de atender as demandas externas.

O surgimento da questão social ocorre com a emergência do capitalismo a partir da relação entre capital e trabalho, e suas características estão de acordo com a localidade, tendo desta maneira suas especificidades e surgem de maneira diferente em cada região. Vale destacar que a formação social brasileira

possui desde sua origem a união do novo com o arcaico. Os autores Castelo, Ribeiro e Rocamora (2020) nomeiam de “transição curupira”, pois caminha para a frente com os pés para trás.

O Brasil foi o último país do continente americano a abolir a escravidão, deixando metaforicamente uma enorme cicatriz na nossa formação social, que refletiu como resultado o racismo estrutural e a desigualdade entre as raças. Castelo, Ribeiro e Rocamora (2020) falam sobre a necessidade de não sintetizar a abolição da escravatura apenas a lei áurea e sim, levar em consideração o extenso processo combinado de influências externas e internas, pois resumir o encerramento de um sistema de produção apenas a uma lei, gera uma interpretação que seria um ato de bondade da monarquia e não resultado de um grande movimento político formado pela união popular, pelos quilombolas, além da pressão europeia. Um dos motivos para a Europa influenciar na abolição após a Inglaterra abolir o tráfico de pessoas escravizadas em seus países colonizados, mesmo sendo capaz de adquirir grandes lucros com a comercialização humana, ela opta em combater o tráfico de escravizados com o interesse de estabelecer clientes para comprar seus produtos manufaturados e começa a pressionar o Brasil nas primeiras décadas do século XIX.

Após muita imposição da Inglaterra, em 1831 é criada uma lei que proibiu o tráfico negreiro. Mas ela era meramente ilustrativa para os ingleses, já que a pressão dos traficantes portugueses, em consonância com os latifundiários brasileiros, era mais potente ao ponto de impedir que a lei realmente fosse efetivada. Em 1845 a Inglaterra cria uma lei chamada Bill Aberdeen, que dava permissão a marinha inglesa monitorar o oceano atlântico sul e aprisionar navios negreiros como forma de pressionar o fim do tráfico negreiro na América e especificamente no Brasil, haja vista que era o país da América Latina com maior concentração de pessoas escravizadas, mas apenas após 5 anos de criação da lei que sua legislação é verdadeiramente implementada e passa a influenciar diretamente o país brasileiro.

De acordo com Castelo, Ribeiro e Rocamora (2020) essa influência fez com que o Brasil desenvolvesse em 4 de setembro de 1850, a lei n. 581, nomeada como Lei Eusébio de Queirós, esta lei teria o objetivo de estabelecer medidas para a repressão do tráfico de africanos no Império. Após duas décadas, caminhando a lentos passos é criada a Lei do Ventre Livre, Nº 2.040,

no dia 28 de setembro de 1871. A lei declarava que os filhos das mulheres escravizadas que nascessem a partir daquele momento estariam livres. Cabe ainda mencionar, a Lei Sexagenária ou Lei Saraiva-Cotegipe, n.º 3.270, a terceira lei abolicionista que caminhava gradativamente para a Lei Áurea, foi promulgada no dia 28 de setembro de 1885 e concedeu liberdade aos escravos com idade igual ou superior a 60 anos.

Ironicamente, essas leis permitiam respectivamente, a liberdade a um ser humano totalmente dependente de uma mãe que ainda estaria na condição de escrava e a liberdade a pessoas escravizadas que após sofrerem com uma extrema exploração da sua força de trabalho durante toda a sua vida, dificilmente chegavam aos 60 anos. De qualquer maneira, o conjunto dessas leis promoveram a diminuição de pessoas escravizadas ao ponto de antes da implementação da lei áurea em 13 de maio de 1888, a população escravizada era correspondente a um sexto da população se comparada à metade do século XIX.

Em termos numéricos, o longo processo do fim da escravidão pode ser descrito da seguinte forma: em 1850, a população escrava correspondia a 31% da população total; apenas dois anos depois, em 1852, esse percentual caiu para 15%; em 1887, às vésperas da Abolição, o percentual era de somente 5% (CASTELO; RIBEIRO; ROCAMORA, 2020, p. 19)

Vale abordar também, um fator extremamente fundamental para pressionar a abolição que foram as grandes resistências por parte das pessoas escravizadas que lutaram contra as opressões. No Brasil ocorreu uma mistura de trabalho livre com trabalho escravizado, aquela combinação típica brasileira entre o novo e o arcaico que foi mencionado anteriormente, combinando desta forma dois modos de produção tanto no artesanato, quanto nas manufaturas presentes nos centros urbanos.

As lutas populares e quilombolas — um fenômeno nacional de organização econômica, militar e cultural contra o escravismo, e não somente de fuga das senzalas — quanto a radicalização do movimento abolicionista, com a participação direta de mulheres e homens libertos da escravidão, com uma pauta de reivindicações que incluía a reforma agrária e o atendimento de necessidades sociais, como trabalho, educação, moradia etc. Em resumo, a pressão dos de baixo também criou abalos

estruturais na ordem vigente; sem elas, o sistema já apodrecido poderia persistir por mais algum tempo. (CASTELO; RIBEIRO; ROCAMORA, 2020, p. 19-20).

A classe trabalhadora é herdeira das lutas dos escravos e escravas, rurais e urbanos, que durante aproximadamente meio século, repartiram vivências com os trabalhadores livres, portanto a classe trabalhadora brasileira possui enormes raízes com o período escravista. Os autores Castelo, Ribeiro e Rocamora (2020), realizam uma análise da gênese da “questão social” do Estado do Rio de Janeiro, considerando que cada região brasileira possui suas particularidades e analisá-las como algo homogêneo não seria possível. Dessa forma, no Rio de Janeiro os trabalhadores livres e escravizados reivindicavam pelos mesmos direitos sociais em conjunto e se organizavam em grupo com seus semelhantes como forma de resistência à ordem posta historicamente, ou seja, as greves operárias são heranças do aprendizado adquiridos com o aquilombamento.

Tais considerações assumem uma importância capital para o estudo dos processos de formação de classe, em que a consciência da nova classe constitui-se a partir da articulação de valores e tradições herdadas da situação social anterior, ela também marcada pela luta de classes, embora não necessariamente compreendida em termos classistas por seus contemporâneos. (MATTOS, 2008, p. 27-28 apud CASTELO; RIBEIRO; ROCAMORA, 2020, p. 28)

Moura (1994) aponta o fato da lei de terras funcionar como uma ferramenta de impedimento para atender aos interesses dos latifundiários que já previam o destino das pessoas em situação de escravos após a abolição, tendo em vista que os grandes proprietários estavam aflitos com uma possível ascensão da população ex-escravizada nas terras devolutas. A lei número 601 modificou completamente os princípios de aquisição da terra que tinham como uma das formas de avaliação analisar os serviços prestados à coroa, ou seja, conceder um pedaço de terra a uma pessoa que deixasse a condição de escrava seria até uma forma de indenizá-la pelo grandioso serviço prestado. Mas após a lei de terras até esta forma de reparação torna-se inacessível, já que essas pessoas não teriam recursos para comprá-la.

No começo da colonização a terra era vista como parte do patrimônio pessoal do rei. A fim de adquirir um lote de terra, tinha-se que solicitar uma doação pessoal. A decisão do rei para a concessão do privilégio era baseada na avaliação do pretendente, o que implicava considerar seu status social, as suas qualidades pessoais e seus serviços prestados à Coroa. Desta forma, a aquisição de terras, apesar de regulamentada pela lei, derivava do arbitrium real e não de um direito inerente ao pretendente. Por volta do século XIX o conceito foi modificado. A terra tornou-se domínio público, patrimônio público, patrimônio da nação. De acordo com a Lei de Terras, de 1850, a única maneira de se adquirir terra era comprando-a do governo, o qual atuaria como mediador entre o domínio público e o provável proprietário. A relação pessoal que anteriormente existia entre o rei e o pretendente transformou-se numa relação impessoal entre o Estado e o pretendente. Em vez de uma dívida pessoal concedida pelo rei segundo as qualidades pessoais do indivíduo, a terra podia ser obtida por qualquer pessoa com capital suficiente. (COSTA apud MOURA, 1994, p.70)

Desta maneira, o intuito da lei de terras era de inserir o trabalhador livre para manter a grande propriedade e dificultar a integração do trabalhador nacional, leia-se trabalhador escravizado através do plano de modernização. Os legisladores tinham consciência que precisavam de um novo tipo de trabalhador para substituir o escravo recorrendo a imigração e buscavam ganhar tempo para fortalecer o plano de posse da terra. Diante disto, o governo tinha o intuito de impedir a democratização da terra e não de facilitar sua posse para um tipo específico da população. É sabido que as pessoas escravizadas eram vendidas como mercadorias e os altos custos dessas forças de trabalho faziam com que na região do nordeste os senhores de engenhos realizassem um acordo com os trabalhadores propondo que os mesmos morassem em suas terras em troca da sua força de trabalho.

Era frequente nessa região, os senhores de engenho por não poderem adquirir escravos ao alto custo, para suprir a necessidade de braços, facilitaram o estabelecimento de moradores em suas terras com a obrigação de trabalharem para a fazenda. Esses trabalhadores tinham permissão para derrubar trechos de matas, levantar choupanas de barro ou de palha, fazer pequeno roçado e dar dois ou três dias de trabalho semanal por baixo preço, ou gratuito, ao senhor de engenho. (ANDRADE apud MOURA, 1994, p. 76)

A lei de terras foi capaz de cumprir seu principal intuito que era de não permitir acesso à terra às pessoas que pelo contexto da época logo estariam nas condições de livres e ao mesmo tempo que eram criadas barreiras para a ascensão dessa população, ocorre por outro lado, um estímulo por parte do governo pelo movimento migratório, que fazia parte de uma das ações da política de embranquecimento da população brasileira, tendo em vista que o país foi alvo da prática eugenista que levou gravíssimas consequências capazes de refletir até os dias atuais. Após a instauração da corrente migratória, a abolição poderia ocorrer sem grandes mudanças revolucionárias. Segue na citação abaixo as situações que foram reguladas a partir do surgimento desta lei.

O problema fundiário brasileiro, em 1850, se repartia em quatro situações distintas que a lei 601 trata de disciplinar:

a - Terra constituindo o domínio legal de privados que as haviam recebido de sesmaria preenchendo todas as condições legais, figurando como sesmeiros legítimos;

b- solo perdido de sesmaria, mas cujo beneficiário não havia cumprido alguma exigência essencial, donde não lhe haver adquirido o domínio legal, podendo apontar-se como sesmeiro não legitimado;

c- áreas simplesmente ocupadas por meros posseiros, simples situação de fato que não assegurava nenhum sentido de legitimidade em termos de domínio;

d- Finalmente nem distribuídas nem mesmo ocupadas-genericamente chamadas terras devolutas pertencentes: proibir as aquisições de terras por outro meio que não fosse a compra e por conseguinte, extinguir o regime de posses, elevar os preços das terras e dificultar sua aquisição. (MOURA, 1994, p. 77)

Desta forma, este capítulo buscou analisar a formação dos latifúndios que deu surgimento à questão agrária após a chegada dos europeus no Brasil no início do século XVI com o objetivo de explorar a agricultura que não era possível em seu país de origem. Para conseguir atender às suas demandas, os portugueses simplesmente invadiram um território, retiraram toda a cultura identitária dos povos originários e sequestram povos de outro continente para expropriar não apenas sua força de trabalho, como também todos os elementos que constituem sua identidade. Não satisfeitos, desenvolvem ainda, uma política de povoamento que promove a formação dos grandes latifúndios e deixam como

herança a concentração de terras e logo o acúmulo de riquezas nas mãos de pouquíssimas pessoas, enquanto a grande parte da população não consegue um pedaço de terra mínimo para abrigar-se.

Não sendo o bastante, esses invasores além de roubarem toda riqueza brasileira, impõem sua cultura eurocêntrica a qualquer custo até alcançar seu objetivo inicial de atender ao comércio exterior, permitindo assim, o acúmulo de capital durante mais de 3 séculos. Stédile (2011) fala sobre debates realizados no congresso monárquico referente a possibilidade do governo indenizar os proprietários de escravos após a abolição. Paradoxalmente, os proprietários que conseguiram concentrar capital com a exploração do trabalho escravo durante um longo período poderiam ser reparados por isto, mas os trabalhadores prestes a receber sua liberdade não teriam direitos sequer a um pedaço de terras, mesmo depois de mais de 300 anos servindo exclusivamente para economia. É, portanto, retirada toda possibilidade de reparação, além da promoção de grandes sequelas com o período escravocrata, não foram desenvolvidos nenhum mecanismo para que elas fossem reparadas, pelo contrário, as medidas adotadas estimularam ainda mais a segregação dessa população.

Após a abolição, os então recém trabalhadores livres não podiam tornar-se camponeses, restando apenas a alternativa de migrarem para as cidades, segundo Stédile (2011), saem aproximadamente dois milhões de adultos escravizados das fazendas em busca de manter sua subsistência, e o trabalho mais comum que essas pessoas conseguiam encontrar necessitava de grande esforço físico, pois estavam relacionados a descarregamento de navios e afins. É neste mesmo período que acontecem as formações das favelas, tendo em vista que a lei de terras impedia o acesso aos melhores terrenos, restando apenas as localidades mais afastadas e íngremes ou em manguezais das quais ninguém teria interesse. A segunda metade do século XIX é marcada por movimentos sociais que já vinham lutando pela abolição através da organização popular que em consonância com as diversas fugas dos trabalhadores escravizados para os quilombos contribuiu para atingir o modelo agroexportador baseado no plantation.

Stedile (2011) utiliza uma metáfora apontando que a lei número 601 seria a mãe das favelas brasileiras, permitindo finalizar este capítulo relacionando esta comparação a que foi realizada anteriormente sobre o sistema oligárquico dos

monopólios funcionar como uma grande árvore que foi cultivada durante o processo de formação brasileiro e acrescentar o surgimento das favelas como uma das consequências dessa trajetória. Onde a raiz é instaurada com os grandes latifúndios, o caule é reforçado a partir da lei de terras e as favelas seriam desta forma, os frutos gerados desta árvore improdutiva que recebemos como lembrança do legado colonial.

3 A AGRICULTURA CAPITALISTA E O TRABALHADOR DO CAMPO

Antes de iniciarmos a abordagem das consequências que ocorreram no campo durante o aprofundamento do capitalismo, vamos destacar alguns aspectos que antecederam esse fenômeno. Segundo Stedile (2011), durante o período entre as últimas décadas do século XIX e a primeira década do século XX, a coroa portuguesa elaborou estratégias políticas com o intuito de persuadir os imigrantes europeus a ocuparem o território brasileiro para compor a força de trabalho e substituir a força de trabalho escrava.

Levando em consideração que o perfil socioeconômico dessa população era baixo, foram ofertadas propostas de bons empregos e terras com valor abaixo do oferecido pelo mercado e com facilidade para o cultivo. Foi assim, que segundo Stédile (2011), entre 1875 e 1914, mais de 1,6 milhão de camponeses europeus ingressaram no país para tornarem trabalhadores livres. O autor cita uma pesquisa realizada por Darcy Ribeiro, onde coincidentemente o quantitativo de imigrantes europeus era bem próximo da quantidade de trabalhadores escravizados se comparado com a última estatística realizada.

Os novos imigrantes foram distribuídos para a região sul e sudeste do país e como troca do pedaço de terras precisaram vender sua força de trabalho na produção de café através de um regime denominado como colonato, que foi denominado pelo recebimento de uma casa na lavoura de café, além de receber um espaço de dois hectares para a produção de bens para o próprio consumo e a remuneração seria através da autonomia para vender uma parte do café que fora produzido.

Parte do campesinato brasileiro é formada por esses imigrantes e a outra parte pela população mestiça, esse resultado se dá pelo processo de embranquecimento que ocorre no Brasil. Segundo Nascimento (1978), foram desenvolvidas algumas ações com o objetivo de promover o genocídio da população negra e indígena que ocorre de diversas maneiras e uma delas foi através do estímulo da política imigratória para que ocorresse a mestiçagem. O autor fala sobre leis debatidas na câmara dos deputados sobre a proibição de pessoas negras ingressarem no país durante o início do século XX.

Segundo Stedile (2011), após a libertação dos trabalhadores escravizados, eles foram impedidos de se tornar camponeses, restando a

alternativa de migrarem para as cidades, foi assim que mais de dois milhões de adultos chegam nas áreas urbanas vivendo livremente da sua força de trabalho, mas aprisionados ao fardado legado da escravidão. A população pobre que após a lei de 1850 não conseguiu tornar-se proprietária migrou para a região litorânea e se dedicou a produção agrícola para a exportação., formando assim, o camponês brasileiro que se concentrava majoritariamente na região do nordeste, e nos estados de minas gerais e de Goiás.

Nesse segundo capítulo pretendemos analisar o desenvolvimento da modernização do campo e o processo de proletarização do trabalhador rural durante o período de 1930 a 1980, que ocorreu em consonância com o processo de industrialização do campo, ocasionando o êxodo rural. Além disso, iremos analisar as relações com a consolidação da base industrial entre o campo e a cidade, o papel que o campesinato empenhou nesse período e o surgimento da classe burguesa no contexto agrário, além das crises que ocorreram durante o período mencionado e as lutas de classe no campo.

3.1 A modernização do campo e a proletarização do trabalhador rural

A consolidação da industrialização brasileira inicia-se na década de 1930 com o governo de Getúlio Vargas que, com seu projeto de industrialização, auxilia os grandes produtores após a crise do café que ocorrera no ano anterior. Até aquele momento a economia brasileira se baseava na produção agrícola. Desta maneira, o governo desenvolve a política de industrialização e estimula a migração de grande parte da população rural para as cidades. Obviamente, o resultado não foi o esperado pela população, muitos desses trabalhadores encontraram empregos totalmente precarizados e tiveram que submeter-se a moradias indignas, pois a possibilidade de retorno para sua terra natal era bem pequena.

A terceira década do século XX é marcada pela inserção do poder econômico e político do setor industrial, onde ocorre a troca na ocupação do poder que antes era ocupado hegemonicamente pelo setor agrário, essa transição, gera o aprofundando do sistema capitalista que intrinsecamente ocasiona o aumento da pauperização, tendo em vista que o aprofundamento da desigualdade é a característica principal do modo de produção capitalista, e na

situação brasileira ocorre o capitalismo dependente o que intensifica mais ainda esse perfil.

Almeida e Bezerra (2018) definem a formação do proletariado como o terceiro estágio que fora antecedido pelo escravo e lavrador, e esses dois estágios anteriores contribuíram para a formação do proletariado no Brasil, afirmam ainda, sobre a formação do trabalhador surgir com a lei do ventre livre, que foi mencionada no capítulo anterior e se desencadeou até o surgimento do Estatuto do trabalhador, que falaremos mais adiante. Levando em consideração essa trajetória de quase um século é possível analisar que esse processo ocorreu a lentos passos. A emergência do proletariado rural surge após as alterações no cenário brasileiro que influenciaram diretamente as relações de trabalho no âmbito rural quando ocorre a separação do trabalhador dos seus meios de produção.

Apesar do trabalhador do campo ser um mecanismo imprescindível para o desenvolvimento da economia pautada na produção agroexportadora ele é reduzido cada vez mais a condição de um trabalhador assalariado super explorado com o aprofundamento do capitalismo dependente. Metaforicamente falando, o salário do trabalhador é um pequeno porquinho que é abocanhado por três lobos, pela burguesia brasileira agrária, pela burguesia urbano industrial e pela burguesia estrangeira, haja vista que por conta da condição de dependência a classe trabalhadora tem sua mais valia apropriada por três exploradores.

O trabalhador rural, diante disso, se encontra no centro de um sistema de produção bastante amplo e complexo; é como se fosse o vértice de uma pirâmide invertida. Como fornecedor de força de trabalho produtiva, segundo as condições do setor agrário, o excedente que o trabalhador rural produz é apropriado por diferentes setores do sistema econômico. Esse excedente é repartido entre os seguintes elementos do sistema econômico global: o proprietário, o arrendatário da terra, o comerciante de produtos agrícolas na cidade, o comerciante do mercado mundial, a empresa industrial que consome matéria-prima de origem agrícola e o aparato governamental. (IANNI, 2005, p. 131).

Como mencionado anteriormente, é partir de 1930 que ocorre uma nova etapa na economia brasileira. Stedile (2011) aponta que neste contexto sócio-

histórico o setor agroexportador está em colapso o que favoreceu a ascensão da burguesia industrial que conseguiu se instaurar e assumir a direção do modelo econômico. O autor denomina esse movimento de “revolução” política por cima, tendo em vista, que apesar da mudança do modelo econômico, ele só foi substituído por um outro tipo de burguesia que assume o poder sem romper com oligarquia rural. Além disso, a grande massa não teve uma participação ativa nessa transformação, o único grupo participante desse movimento que não pertencia a classe dominante foram os tenentes.

Ocorre desta maneira o golpe e junto com ele é instaurada a industrialização dependente, tendo em vista que não ocorre o rompimento com a dependência econômica com os países capitalistas desenvolvidos, segundo Stedile (2011). O novo modelo econômico substitui a oligarquia rural exportadora, fazendo com que neste momento o capital agricultor assumira a posição de subordinado ao capital industrial que passa a assumir o poder político. Porém, vale mencionar que os latifundiários permanecem com o domínio das terras e com o mesmo mecanismo de produzir para atender ao mercado exterior.

Stedile (2011) aponta dois pontos determinantes para o pacto entre a oligarquia rural e industrial acontecer, o primeiro fator, é que a indústria brasileira nasceu da aristocrata rural, ou seja, os latifundiários assumiram o poder do capital industrial após a crise no setor agrícola passa a receber ajuda do governo para acelerar a economia e consegue investir no setor industrial. O outro ponto relacionado a essa aliança, é que o modelo industrial ainda estava em processo de ascensão e, para conseguir montar seu maquinário, dependia do capital adquirido pelo meio rural, que era capaz de gerar divisas para quitação das máquinas, ferramentas, produtos químicos e entre outros surgindo o modelo denominado como agroindústria baseado na indústria de beneficiamento de produtos agrícolas. É dessa maneira que surge o interesse por parte de grandes proprietários em renovar o mercado agrícola de maneira nacional formando a burguesia agrária que produz o cultivo de produtos como o trigo, a cana, o café, o algodão entre outros.

Diferentemente do que fora no desenvolvimento clássico do capitalismo inglês, onde o capitalista industrial se personificava no arrendatário e o monopólio territorial era personificado pelo

proprietário fundiário, no capitalismo brasileiro, salvo exceções, ambos se unificam historicamente na mesma pessoa, nas mãos de quem retém, de início, tanto o lucro quanto a renda da terra – ainda que estes valores se repartam posteriormente entre os demais segmentos da classe dominante, nacional e internacional, pela mediação do mercado e das sanções políticas.(ALMEIDA E BEZERRA, 2018, p. 133)

Stedile (2011) aponta algumas funções que os camponeses desempenharam durante o processo de industrialização. Em primeiro momento, os camponeses além de vender sua força de trabalho por baixos preços para indústria que estava ascendendo, eram estimulados a enviarem seus filhos para trabalhar na indústria e não herdarem a função de camponeses como seus pais, que segundo o governo, esses herdeiros teriam uma ótima oportunidade de emprego. Essa estratégia cruel do modo de produção capitalista buscava convencer que essas pessoas para tirar foco de serem donos de terra e futuramente somar forças para reivindicar em conjunto na luta pela terra. É desta maneira, que muitas famílias optavam por mandar seus filhos para os centros urbanos.

O grande quantitativo de camponeses nas cidades era superior a demanda existente por força de trabalho o que carreteou a formação do exército industrial de reserva e essa situação fazia com que os trabalhadores empregados não pudessem reivindicar a promessa que fora dada de boas condições de trabalho e bons salários, visto que poderia ser facilmente substituído. Uma outra função desempenhada pelos camponeses que favoreceu o sistema capitalista.

A terceira função desempenhada pelos camponeses estaria relacionada a produção de alimentos a baixo custo para a cidade, isto ocorre, através da baixa remuneração dessa força de trabalho. Além do grande estímulo para que esses trabalhadores investissem na produção de matéria prima agrícola para a indústria. Na mesma medida que os camponeses se desenvolvem enquanto classe no campo, grande parte dos seus migram para as cidades e tornam-se operários e desempenham essas funções que favorecem o novo modelo industrial dependente que necessitava do setor agrícola para se desenvolver.

Vale mencionarmos as lutas e formas de organização desempenhadas pelos trabalhadores rurais. Stedile (2012) aponta que o surgimento da liga

camponesa e o sindicato rural ocorrem paralelamente, após a tomada de consciência de que os camponeses não faziam parte do mesmo grupo que os patrões. O autor afirma que existia uma ideia de “universo comunitário”, que seria um lugar composto pelo fazendeiro, capital e o camponês ilusoriamente como componentes de um mesmo grupo. Mas quando ocorre a separação do camponês dos meios de produção, a distinção entre esses indivíduos torna-se nítida, ou seja, após a transformação do camponês em proletário, fica mais explícita a função dessa nova categoria capaz de gerar riqueza e receber apenas uma pequena porção do seu trabalho.

Stedile (2012), aponta que o trabalhador rural era constantemente tapeado desde o início do contrato do seu serviço até a sua dispensa, visto que os acordos referentes ao seu salário e a divisão dos produtos eram burlados e essas ações geravam uma insegurança nos trabalhadores. Para além disso, as condições alimentícias e até necessidades mínimas como a água não eram supridas devidamente. Os patrões dificultavam qualquer ação de organização por parte dos trabalhadores agrícolas para não ter seu controle abalado e não reconheciam direitos mínimos aos trabalhadores, eram vistos apenas como instrumentos de trabalho. Sendo assim, a liga camponesa surge com diversas solicitações dos trabalhadores rurais por melhores condições de trabalho e de vida.

O trabalhador rural é o elo mais vulnerável, na cadeia do sistema produtivo que começa com sua força de trabalho e termina no mercado internacional. Ele parece ser o vértice de uma pirâmide invertida, no sentido em que o produto do seu trabalho é dividido entre muitos, porém, sobrando-lhe pouco. Esse é o contexto em que surge a liga camponesa, simbolizando a reação do trabalhador rural às precárias condições de vida vigentes no mundo agrícola. (STEDILE, 2012, p. 139)

Um exemplo de resistência e organização política dos trabalhadores é a Liga camponesa da Galileia do estado de Pernambuco que surge em 1955. Stedile (2012), cita essa organização que teve surgimento com o objetivo principal de solicitar uma escola primária para os trabalhadores e seus filhos e estabelecer um fundo para gastos funerários para crianças, tendo em vista que existia na época um grande índice de mortalidade infantil na região. Além disso, existiram outras reivindicações secundárias mais voltadas para atender as

demandas de trabalho como instrumentos agrícolas, inseticidas, assistência técnica, entre outros. O autor também menciona um direito constitucional garantido na época que regulamentava a existência de escola gratuita em todo estabelecimento agrícola que ultrapassasse 100 funcionários, mas apesar de estar garantido em lei, esse direito só foi colocado em prática após muita luta da população local.

Após as solicitações dos trabalhadores as tensões com os patrões vão aumentando, Stedile (2012) aponta que durante essas ações se faz necessário a presença de polícia, advogados e representantes políticos, para controlar esse conflito de classes. É desta maneira que o proletário rural surge como uma recente categoria política, fazendo com que a figura do camponês seja apagada e se torne uma expressão social de um período anterior, situações como essas ocorrem gradativamente em diversas regiões do país.

No quarto ano da década de 1960 com o período ditatorial iniciando, as ligas camponesas chegam ao fim por se mostrarem politizadas demais para o contexto que acabara de se instaurar, já o sindicato rural como era uma forma de organização com a participação do Estado, o que gerava um determinado controle, permanece funcionando e servia como uma técnica de formalização do mercado no setor agrícola, já que apesar das leis trabalhistas terem sido estabelecidas em 1943, elas não traziam especificidades para os trabalhadores rurais e somente 20 anos, com o Estatuto do trabalhador rural que foram desenvolvidas normativas para o trabalho no campo.

A origem do debate sobre uma reforma agrária possui início na metade do século XX. Embora já ter sido discutida a distinção entre o problema agrário e a reforma agrária no capítulo anterior, vale frisar que o primeiro se refere a má divisão de terras que foi instaurada durante o período colonial e o segundo trata-se de uma das políticas públicas desenvolvidas para amenizar as consequências dessa má distribuição que só é debatido 4 séculos depois, apesar da luta pela terra existir desde a gênese da formação brasileira. Desta maneira, segundo Rocha e Cabral (2016) a discussão sobre a política de reforma agrária ganha hegemonia a partir de 1950 com o crescimento das ligas camponesas. É nesse momento que ocorre também o aumento das tensões no campo. De um lado está o camponês lutando pelo mínimo para sobreviver com sua família através

de um pedaço de terra e, do outro lado, estão os latifundiários em busca de ampliar seu acúmulo de riquezas, formando assim, a famosa luta de classes.

3.2 A agricultura na ditadura empresarial militar (1964-1982)

A seguinte seção do capítulo possui a finalidade de abordar o desenvolvimento da agricultura no período da ditadura. A modernização capitalista na agricultura e a questão agrária. Analisar as condições de trabalho e especificidades do trabalhador no campo, além de compreender as influências da presença do capital monopolista no campo.

Segundo Rocha e Cabral (2016) a partir da metade do século XX ocorre um grande avanço do setor industrial através da política desenvolvimentista do governo Juscelino Kubitschek. Essa ação política estava determinada a conservar os moldes dominantes de acumulação e o Estado serviu como uma ferramenta fundamental para alcançar o propósito de modernização da agricultura e intensificar os níveis de produtividade. Desta maneira, o governo toma medidas, como a expansão do crédito agrícola e estímulo de pesquisas para aprimorar técnicas de produção.

É assim que o período de 1960 até 1980 fica conhecido como revolução verde, pois é o momento em que ocorre um grande investimento tecnológico para o campo promovendo avanços modernos no setor agricultor brasileiro. Esse grande investimento fez com que o nível de produtividade fosse elevado, o que beneficiou os latifundiários, já que o disparo desenvolvimentista da indústria a partir de 1960, fez com que a estrutura agrária permanecesse centralizada nas mãos de poucas pessoas.

Segundo Fernandes (2000), com a conjuntura ditatorial o campo tornou-se um paraíso para os latifundiários, mas para os camponeses ocorreu o oposto, tendo em vista que ocorreram diversos ataques a esse grupo que tiveram que ir forçados para outros territórios após a aliança entre militares e a burguesia. Já na ascensão da ditadura o governo militar desenvolveu o Estatuto da terra, que de acordo com Fernandes (2000), teve o objetivo de resolver apenas conflitos isolados e desmobilizar os camponeses, tendo em vista que o estatuto era usado de acordo com a concepção de reforma agrária tida pelos militares. O autor

afirma ainda, que já no início do regime militar a questão agrária torna-se um dos principais alvos do governo arbitrário.

Na primeira década da ditadura empresarial-militar ocorreu uma explosão de conflitos no campo por todo o território brasileiro. Fernandes (2000), afirma que a resposta do governo foi aumentar a repressão que desenvolve na época o grupo executivo das terras do Araguaia- Tocantins (GETAT) e o grupo executivo do Baixo Amazonas (GEABAM), esses grupos pertenciam ao organismo governamental e eram nesses espaços que ocorria a administração dos conflitos através da prisão dos camponeses. Por outro lado, ocorria também a resistência dos camponeses que, como analisado na seção anterior, constroem suas formas de organização política com as ligas camponesas.

Como mencionamos anteriormente, em 1964 é criado o Estatuto da terra que tinha diretrizes e ações estabelecidas para a realização da reforma agrária. Esse estatuto não foi levado a diante, levando em consideração a conjuntura ditatorial que acabará de ser implementada no mesmo ano. De acordo com Rocha e Cabral (2016) o primeiro estatuto voltado para a reforma agrária foi definido na década de 1960, mas apesar disso, somente após duas décadas depois que é formulado o primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária (PRNA), que só acontece após o período de ditadura militar empresarial.

O PRNA teve o papel de apontar os princípios de maior relevância do Estatuto da terra que seriam eles: “a função social da propriedade, não desapropriação das empresas rurais e das pequenas e médias propriedades, a garantia de que a reforma agrária não atingiria as terras que estivessem produzindo e de que as desapropriações seriam pagas mediante indenizações” (ROCHA E CABRAL 2011, p. 80). O programa básico do PRNA era promover os assentamentos de trabalhadores nas terras desapropriadas pelo governo, que tinha como objetivo garantir o papel social da propriedade rural explícito no Estatuto da terra:

Favorecer o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores que nela labutam assim, como de suas famílias; b) mantém níveis satisfatórios de produtividade; c) assegura a conservação dos recursos naturais; d) observa as disposições legais que regulam as justas relações de trabalho entre os que a possuem e a cultivam. (BRASIL, PRNA I, 1965 apud ROCHA; CABRAL, 2011, p. 80)

Segundo Rocha e Cabral (2016), apesar do PNRA propor avanços a favor dos trabalhadores rurais, se comparado com estatuto da terra, estaria regredindo levando em consideração principalmente a questão da desapropriação da terra, que de acordo com o decreto n° 91.766 do PRNA essa ação deveria ser evitada sempre que existisse a possibilidade, ou seja, ocorre apenas em última instância.

Se podemos dizer que, no contexto de redemocratização, onde tivemos alguns avanços como a consolidação do PRNA, é importante destacar que, em contrapartida, fora desenvolvida a União Democrática Ruralista. Rocha e Cabral (2011) falam sobre as dificuldades de implementação do PRNA e o destaque dado ao estatuto da terra. Os princípios básicos contidos sendo eles: a função social da propriedade; a não-desapropriação das empresas rurais e das pequenas e médias propriedades; a garantia de que a reforma agrária não atingiria as terras que estivessem produzindo e de que as desapropriações seriam pagas mediante indenizações.

a) favorecer o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores que nela labutam, assim como de suas famílias; b) mantém níveis satisfatórios de produtividade; c) assegura a conservação dos recursos naturais; d) observa as disposições legais que regulam as justas relações de trabalho entre os que a possuem e a cultivam. (BRASIL, PRNA I, 1985 apud ROCHA E CABRAL, 2016, p.80)

Neste momento, ocorrem várias modificações nas relações de produção que criaram mecanismos para que a agricultura conseguisse atender as demandas industriais. Isto foi possível com o aumento da oferta de matéria prima e de alimentos para atender o comércio interno sem afetar a produção, que precisava atender o mercado externo para que fosse possível produzir divisas, ou seja, o processo industrial ocorre pela substituição de importação. Além do setor agricultor ingressar no mercado para a compra de produtos para a indústria, o processo de industrialização também ocorre no campo.

Vale ressaltar que esse desenvolvimento no campo não é realizado de forma homogênea, muito pelo contrário, ele aconteceu de maneira completamente distinta em pelo menos três regiões do país. Silva (1989) aponta, que no Centro-Sul, ocorreu uma modernização rápida por meio de insumos

industriais; no Nordeste, ocorreram mudanças significativas no setor agropecuário; e na Amazônia e Centro-Oeste, acontece a expansão do setor agrícola. Portanto, essas formas de desenvolvimento distintas não permitiram o estrangulamento do mercado interno com o processo de aprofundamento do capitalismo no setor agricultor mesmo com a concentração fundiária.

Segundo Silva (1984), a evolução da formação agrária pode ser dividida em dois momentos a partir da década de sessenta, nos anos iniciais, ela ocorre com o aumento das propriedades de modo geral, e em especial de grande propriedade, isto em um contexto de crise e econômica. Já no segundo momento, no final dos anos 1960 e início dos anos 1970 ocorre apenas o aumento das grandes propriedades, no contexto de auge da economia. Portanto, no período determinado como milagre econômico, os grandes latifundiários crescem em um nível e ocupam até as terras dos pequenos proprietários.

Silva (1984) aponta que no período entre 1967 a 1972, em que ocorre o grande crescimento econômico que fica conhecido como milagre brasileiro, apenas as grandes propriedades tiveram aumento, enquanto as pequenas perderam espaço, o autor faz uma comparação ao processo de fagocitose, onde as bactérias pequenas são engolidas pelas grandes. Já no período seguinte, de 1972 a 1976 a lógica de crescimento das grandes empresas permanece, porém neste período existe também o aumento das pequenas empresas.

Silva (1984), analisa que essas variações ocorrem dependendo do ciclo econômico, sendo possível perceber que nos momentos de auge econômico, as grandes propriedades arriscam em altos investimentos e conseguem expandir para concentrar mais capital, e já em momentos de maiores riscos, elas cedem espaço para os pequenos proprietários se aventurarem e realizarem investimentos mais arriscados, obviamente este ato não é nada solidário, e sim de repassar a responsabilidade para as pequenas empresas atenderem ao mercado em épocas difíceis correndo mais o risco de fracassarem.

(..) essa "crise" de que falamos não é necessariamente uma crise no sentido do ciclo econômico. Pode ser também uma catástrofe climática (seca, inundação etc.), por exemplo, ou uma queda drástica de preços de um determinado produto agrícola, etc. A situação é típica, por exemplo, no caso das grandes geadas de café: nos anos imediatamente subsequentes aumenta o número de parceiros: que é preciso cortar o cafezal

queimado e esperar vários anos para que ele rebrote e volte a produzir. O proprietário então "dá a terra em parceria", para evitar ter que pagar os salários integrais, até que o café volte a produzir. O trabalhador rural cuida do cafezal até que ele se recupere plenamente e em troca disso recebe pagamentos irrisórios em dinheiro e a permissão de plantar, nas entrelinhas, gêneros de subsistência, cuja colheita ainda tem que repartir com o patrão. (SILVA,1984, p. 13)

A desigualdade da concentração fundiária era tanta que segundo Silva (1984), se juntasse mil estabelecimentos dos pequenos produtores eles caberiam todos dentro de apenas uma fazenda desses grandes produtores e portanto, aproximadamente 2,5 milhões de pequenos agricultores se dividiam cerca de 8 milhões de hectares, o que totalizaria em média, 3 hectares para cada produtor. Sendo assim, 45% da área total pertencia apenas a 1% dos grandes fazendeiros, ou seja, uma enorme desigualdade. Essa concentração de terras acabou apressando o processo de industrialização, já que os pequenos proprietários que foram engolidos pelos grandes e perderam suas terras, não tiveram outra opção a não ser migrar para as cidades.

O autor compara em um período histórico de dez anos o quantitativo ativo populacional brasileiro que antes era considerado um país agrário, em 1960 tem a mesma proporção de pessoas na cidade e no campo e em 1970 possui um aumento de 10% da população na cidade comparada ao campo. Desta maneira, a concentração de terras apressou o processo de urbanização. "Tomando-se os valores absolutos, o aumento "das atividades não agrícolas fica ainda mais evidente: de 6,7 milhões de famílias ocupadas, em 1960, passamos a ter 11,2 milhões em 1970, isto é, quase o dobro." (SILVA, 1984, p. 15). Com o aumento da população urbana, surge a necessidade de produção para mercado interno, já que as pessoas não tinham como produzir seus próprios alimentos na cidade

Silva (1984) afirma que a urbanização gerou uma grande demanda para o mercado interno industrial, já que a população da cidade precisaria comprar alimentos, e esse movimento de urbanização gerou diversas transformações na agricultura, tendo em vista que e as fazendas não podiam mais se dedicarem apenas ao comércio voltado para a exportação, precisa atender as demandas internas também. Desta maneira, foi desenvolvido um mercado para produção interna de alimentos nos anos 1960.

Como as fazendas precisaram produzir em maior escala, ocorreu também uma transformação nessas fazendas que antes produziam vários insumos em um mesmo local. O autor aponta que a própria indústria se especializou, cada fazenda passou a produzir um determinado produto, uma fazenda produzia apenas café, a outra apenas cana e assim por diante, até os adubos e os equipamentos que cada fazenda produzia de acordo com sua necessidade, passou a ser desenvolvido em uma fazenda específica. A agricultura se auto especializou e passou a comercializar entre si matéria-prima e meios de produção para manter seu funcionamento, essa ação fez com que fosse desenvolvida uma nova forma de comercialização e como consequência, a sua expansão.

Outro ponto importante está relacionado às condições de trabalho regulamentadas do trabalhador no campo. De acordo com Silva (1984), menos de um quinto dos trabalhadores possuíam suas carteiras anotadas indicando suas atividades laborais, o que dificultava que esses trabalhadores comprovassem seu vínculo empregatício, além disso, nem os mínimos benefícios garantidos no Estatuto da terra, Lei 4504/64, eram respeitados e ações como a venda da produção ao proprietário, prestar serviços gratuitos mesmo estando garantido na legislação sua proibição o INCRA, órgão competente para fiscalização, eram notificados, mas não fazia com que o Estatuto fosse garantido pelos trabalhadores.

O final do período ditatorial é marcado pela formação do Movimento dos Trabalhadores Rural Sem Terra que acontece de maneira oficial em 1984 com o marco do primeiro encontro dos trabalhadores rurais em Cascavel - PR. Apesar desse marco oficial, nenhum movimento surge de maneira imediata e o MST já estava conquistando seu espaço na luta política desde a década de 1960. Vale citar a ocupação de Gleba Macali localizada no município de Rondas Antas, no Rio Grande do Sul que ocorre em 1979 e deu uma grande visibilidade para o movimento.

Assim, por exemplo, uma usina de açúcar, quando adquire um sítio em suas proximidades, derruba as cercas e árvores frutíferas, casa do morador, etc., convertendo todas as terras em canaviais, de modo que dificilmente depois de alguns anos se poderá identificar qualquer vestígio da outra unidade de produção que ali existiu. (SILVA, 1984, p. 37)

Diante disto, este capítulo buscou analisar como se deu agricultura capitalista e as mazelas que afetaram o trabalhador do campo, após uma nova forma de economia vigente no país que gerou o êxodo rural e as consequências desse fenômeno foi a marginalização e exploração do trabalhador, que se torna cada vez mais desvalorizada com a inserção do capitalismo monopolista. Desta maneira, além de gerar a concentração de riqueza, é usado como mecanismo próprio de intimidação por meio da formação do exército industrial de reserva, fortalecendo a burguesia industrial. Gerando uma estratégia cruel, porém perfeita para a reprodução do sistema que se baseia nas desigualdades.

Também foi possível analisar a que agricultura foi fundamental no processo de industrialização e a importância que a ditadura teve para o aprofundamento do capitalismo, tendo em vista que o capitalismo monopolista se consolidou em 1964 no período de ditadura empresarial militar. Esse nome se dá devido ao fato que com a implementação do regime autoritário ocorre o aprofundamento do capitalismo com grande intervenção do Estado que é um agente imprescindível para viabilizar esse processo de transição com a construção de Estatais.

Após a queda da exportação de café a indústria torna-se uma opção atrativa para o investimento e viável. O capital que possibilita essa ação é o adquirido na agricultura, desta forma, é estabelecido um pacto entre a burguesia agrária mercantil e a burguesia industrial ainda em ascensão. Poucos anos após a implementação do regime ocorre um crescimento econômico, a chamada década gloriosa que se dá pela intensificação da exploração da força de trabalho, pois a necessidade é produzir em alta escala para conseguir gerar divisas e comprar máquinas para a indústria. Ocorre assim, a retirada da mais valia, o que gera a pauperização relativa produzindo o retorno econômico para o capital, ou seja, a acumulação ocorre através da exploração do trabalhador.

4 AS ALTERAÇÕES DO SISTEMA AGRÍCOLA E A FORMAÇÃO DO MST

A luta pela terra ocorre há mais de 5 séculos e possui origem na formação brasileira por conta da maneira em que as terras foram divididas, da forma como foi estimulada a manutenção da concentração de terras e que foi desenvolvida a industrialização brasileira. Esses desdobramentos geraram muitos conflitos no campo entre latifundiários e camponeses e posteriormente trabalhadores como já debatemos no capítulo anterior. Desta maneira, esse capítulo busca analisar a formação do agronegócio brasileiro e o movimento dos trabalhadores rurais sem-terra, assim como suas propostas de uma agricultura ecológica e reforma agrária popular.

4.1 A política agrária da ditadura e a formação do Movimento dos trabalhadores rurais sem-terra (MST)

O Movimento dos trabalhadores rurais sem terra surge após a organização e resistência do campesinato brasileiro. Para compreender esse movimento, é necessário analisar a conjuntura política e econômica que afetava a vida das famílias imersas no campo. Segundo Fernandes (1987) no período entre 1979 e 1985 que ocorre o que ele chama de gestação do MST, período de gestão do governo empresarial-militar, ocorreu a implementação de um projeto de extensão do setor agropecuário através de um sistema de créditos para favorecer a economia brasileira.

Essa ação gerou o aumento da concentração de terras e atingiu diversas famílias agricultoras, considerando que esse projeto de desenvolvimento do setor agropecuário ocorre por meio de um investimento intensivo em tecnologia para a modernização do setor, fazendo com que a indústria produtora de insumos substituísse os recursos naturais gerados por essas famílias. Ou seja, com a mecanização da agricultura aumentaram os números de indústrias monocultoras que necessitam de trabalhadores assalariados e não de produtores de insumos familiares, o que afeta completamente os pequenos proprietários, meeiros, rendeiros entre outros que ficam à margem da política agrária.

Metaforicamente, se por um lado o governo da ditatorial ofereceu flores

aos empresários, poderíamos chamar carinhosamente a concessão de subsídio de rosas e a isenção fiscal de margaridas, mas já os trabalhadores não receberam presentes tão agradáveis, a eles restaram apenas os espinhos mesmo, mais conhecido como arrocho salarial, expropriação e o despejo de suas moradias. Fernandes (1987), afirma que essa política que ficou conhecida como modernização conservadora, pois a expansão do setor agricultor centralizou a propriedade de terra e expulsou mais de milhares de pessoas que tiveram que migrar para as cidades ou outras regiões afastadas.

Mesmo com a repressão às formas de organização camponesas pelo regime militar, a luta pela terra continuou em todo o território nacional. Um fator essencial que contribuiu para o desenvolvimento e crescimento da luta foi a participação da igreja católica, por meio da Comissão Pastoral da Terra. A CPT foi a articuladora das diferentes experiências que construíram uma nova realidade no campo. Durante o regime militar, as comunidades Eclesiais de Base foram os espaços de socialização política que permitiram a recriação da organização camponesa. A igreja católica vinha passando por profundas mudanças e era cada vez maior o envolvimento de religiosos com a realidade dos trabalhadores. (FERNANDES, 1987, p. 49)

Diante do exposto, a emergência do movimento dos trabalhadores rurais sem terra surge inserida nas lutas de resistência dos trabalhadores em todo território brasileiro contra o trabalho assalariado, a exploração e a expulsão que permanece apesar das mais violentas formas de repressão do governo empresarial-militar. Segundo Fernandes (1987) o MST iniciou no Centro- Sul desde 7 de setembro de 1979 com a ocupação da Gleba Macali, em Ronda Alta do Rio Grande do Sul que já mencionamos no capítulo anterior. Porém, o autor ressalta que a gênese do movimento não pode ser sintetizada apenas a um momento e sim por um conglomerado de movimentos que ocorreram durante o período de pelo menos 4 anos.

No Brasil o desenvolvimento da industrialização de forma técnica na agricultura ocorreu tardiamente se comparado à Europa ocidental e aos EUA, tendo em vista que essa inserção da indústria na agricultura ocorreu apenas após a sexta década do século XX, em um contexto político ditatorial. Delgado (2012) afirma que essa articulação ocorreu com o incentivo do Estado através do sistema nacional de crédito rural a partir de 1965 para reorientar as políticas

agrícolas e impulsionar o crescimento capitalista. Vale ressaltar que este processo de integração da agricultura com a economia urbana e industrial e do setor externo vai até 1985.

Delgado (2012) aponta a grande generosidade do Estado que concedeu não apenas crédito rural e incentivos fiscais, como também, utilizou o fundo público na implementação de políticas de fomento produtivo e comercial para que ocorresse um investimento financeiro capaz de promover a transição do setor agrícola de uma crise na agricultura para a modernização da mesma. Ocorre desta maneira, segundo a análise do autor, um pacto agrário modernizante e conservador que engloba a técnica da indústria em consonância com a agricultura, gerando um acolhimento para as oligarquias rurais articuladas à grande propriedade territorial e ao capital comercial.

É evidente, por um lado, que a expansão do crédito rural e agroindustrial dos anos 1970 propiciou condições para a articulação das relações técnicas agricultura-indústria num patamar de alta densidade, fato que é amplamente documentado por forte evidência empírica. Mas, por outro lado, a crise do crédito rural que se evidenciou já no início da década de 1980, prolongando-se até o final dos anos 1990, implicou em diminuição apenas parcial da integração agricultura-indústria, com redução no ritmo da mecanização por motivo da inibição dos investimentos privados. O crédito rural concedido no auge de sua expansão, em 1976, ascendeu a mais de 20 bilhões de dólares, um valor quase equivalente ao Produto Interno Bruto da Agricultura de então. (DELGADO, 2012, p. 16)

Delgado (2012) afirma que o grande salto do setor agroindustrial na década de 1970 ocorre por meio da concessão de crédito rural fornecida pelo governo federal, que possibilitou a capacidade de gerar mais de 20 milhões de dólares, mas apesar disso, o autor realiza ainda, uma avaliação do contexto da agricultura brasileira e afirma que, com relação ao aspecto técnico produtivo, existe uma agricultura capitalista estabelecida. Porém, não se pode afirmar o mesmo ao analisar as relações sociais de produção no campo que estavam longe ainda de se conformar aos padrões estabelecidos em outros países desenvolvidos do continente europeu, americano e até de algumas potências industrializadas em ascensão do continente asiático.

Do ponto de vista técnico-produtivo, podemos indicar neste contexto uma agricultura capitalista configurada. Por outro lado, as relações sociais de produção no campo estão ainda longe de se constituírem em paradigma de maturidade. O sistema social agrário, conquanto reproduza o excedente econômico que dele se demanda, conserva relações sociais no âmbito da propriedade fundiária e no mundo do trabalho que estão longe de similaridade aos padrões de equidade que caracterizam as experiências históricas atuais dos países desenvolvidos da Europa, da América e até das emergentes potências industrializadas da Ásia (Japão, Taiwan, China e Coréia) (DELGADO, 2012, p. 19)

Desta maneira, ocorre uma aceleração na industrialização e urbanização durante uma conjuntura ditatorial que se caracteriza como modernização conservadora, termo já analisado no capítulo anterior, cujo essa aceleração só se tornou possível via uma intervenção não somente econômica, como também social extrema por parte do Estado, que além de conceder grandes créditos, oprimiu as organizações de trabalhadores rurais para derrotar qualquer indício de reforma agrária.

Delgado (2012) afirma que é nítido que a exclusão das representações dos trabalhadores, dos sindicatos e das agriculturas familiares desse projeto de modernização, aprofundou ainda mais os níveis de pauperização desde Vargas até o fim da ditadura empresarial-militar. Ao analisar alguns fatores, podemos realizar um cálculo bem simples, pois a soma do capital agrário com os latifúndios e os benefícios fiscais do governo resultou em um produto não favorável para os trabalhadores do campo, já que, segundo análises de Delgado (2012), a chamada modernização conservadora nasce com a derrota do movimento pela reforma agrária.

Apesar dos trabalhadores serem colocados às margens das decisões tomadas pelo governo, como relatado anteriormente pelo Delgado (2012), usaremos a pesquisa de Fernandes (1987) para analisar as respostas dada pelos trabalhadores rurais nessa histórica luta de classes, tendo em vista que esse último afirma que o MST se estabeleceu em 18 estados tornando-se um movimento popular nacionalmente reconhecido e atuando precisamente na luta pela terra através de enfrentamentos, negociações e ocupações.

Uma das formas de manifestação do movimento bastante conhecida e muitas vezes criticada são as ocupações. Fernandes (2012) analisa os

assentamentos realizados pelo MST como uma forma de resistir e de encarar o sistema capitalista que os colocam a margem a todo o momento retirando o mínimo de dignidade de milhares de famílias. Através do acampamento é possível se organizar e se defender de um Estado que sempre os atacou. O autor cita a ocupação que aconteceu em 8 de dezembro de 1980 na Encruzilhada Natalino, localizado em Ronda Alta, cidade do Rio Grande do Sul, onde uma das respostas do governo estadual foi oferecer empregos para “cala a boca” aos sem-terra, que adquiriram a consciência que a ocupação era uma das formas de conquista reforma agrária.

Na luta pela terra, acampar é determinar um lugar e um momento transitório para transformar a realidade. Quando os sem-terra tomam a decisão de acampar, estão desafiando o modelo político que os exclui da condição de cidadãos. A resistência no acampamento é a façanha. A persistência, o desafio. Para sobreviver, os acampados dependem de sua organização, do trabalho e do apoio dos que defendem a reforma agrária. (FERNANDES, 1987, p. 55)

A ocupação é uma das características mais marcantes de identificar o MST, é através desse ato que se faz possível as denúncias, questionamentos e avaliações sobre a terra estar cumprindo (ou não) sua função social prevista na constituição de 1988, que irá definir em um dos seus artigos: “Função Social da Terra, que prevê que qualquer propriedade tem que atender alguns critérios, como ser produtiva e respeitar a legislação ambiental e trabalhista. Caso contrário ela se torna passiva de desapropriação para fins de reforma agrária.” (INSTITUTO TRICONTINENTAL DE PESQUISA SOCIAL, 2020, p.12)

O ponto de partida para construir o MST em cada estado foi a organização de uma estrutura básica. Essa estrutura, formada pela coordenação, direção, secretaria e setores, foi concebida desde as práticas das organizações camponesas históricas e, principalmente, das experiências vivenciadas, quando as famílias organizaram comissões e núcleos nos acampamentos e nos assentamentos. Esses ensaios praticados durante anos de luta tornaram-se as referências que delinearão as formas de organização das atividades do movimento. Desse modo, os sem-terra criaram suas instâncias de representação que são a direção e a coordenação estaduais, as coordenações de assentamentos e acampamentos. Evidente que esse processo foi sendo construído por etapas. O seu começo é a ocupação da terra. (FERNANDES, 1987, p. 95)

Outro aspecto do movimento pontuado por Fernandes (1987) é em relação às lutas ocorrerem sempre de maneira simultânea, tendo em vista que enquanto ocorre uma ocupação, o grupo já está negociando com o governo, lutando por uma linha de créditos, organizando a produção e trabalhando na terra, e além disto, pensam na infraestrutura do assentamento com projetos voltados para educação, com o intuito de promover escolas para a alfabetização de crianças e adultos e formação política nesses espaços de convivência. Ou seja, desde sua gênese, é notável observar o elevado nível de cooperação presente no movimento, que já em seu primeiro encontro debateu sobre a importância de ser estabelecido como um movimento nacional que tivesse articulado com todos os estados.

Esse modelo de organização foi elaborado na leitura das realidades e da história de luta do campesinato. Criar uma organização autônoma, socializar os conhecimentos dos direitos, romper o isolamento e ampliar as lutas e o movimento são condições fundamentais para a construção da forma de organização do MST. Foram esses os objetivos que os sem-terra carregaram, quando partiram para construir novos espaços de luta pelo território nacional. (FERNANDES, 1987, p. 96)

Fernandes (1987) afirma que a essência do MST está na garra das famílias sem-terra que constroem a base do movimento, pois inseridas nessas famílias existem pessoas que já nasceram nos acampamentos, ou seja, já nasceram na luta pela terra, portanto, para compreender este gigantesco grupo é necessário não apenas analisar o processo histórico da formação camponesa sobre a questão agrária, como também compreender os conflitos enfrentados por essas famílias que são responsáveis por gestar e coordenar um movimento que possui uma característica específica de ser moldado por meio de ações fundamentais para atender as necessidades básicas para a sua construção, ou seja, é um movimento que não foi moldado previamente e sim composto de forma dialética.

4.2 O agronegócio e o amadurecimento do MST

De acordo com Delgado (2012), o projeto de modernização conservadora começa a entrar em colapso e transitar para um novo projeto político de acumulação na agricultura nas décadas de 1980 a 1990. Para que essa transição ocorra, acontecem dois aspectos fundamentais: a crise cambial em 1982 e a promulgação da Constituição Federal em 1988. Esses dois fatores atingiram o modelo vigente respectivamente, com novas medidas de “ajustamentos econômico” com a exportação de commodities para conseguir deter o insistente déficit econômico gerado com a crise e a constituição afetou juridicamente as condições políticas que fortaleciam as políticas agrícolas e agrárias do regime ditador.

Há no período posterior a Constituição de 1988 três vertentes de orientação político-normativa às políticas agrícola-agrária: a herança do projeto de “modernização conservadora” do período militar; a pressão neoliberal por desregulamentação, livre comércio e estado mínimo; e a própria vertente normativa do texto constitucional, cuja novidade jurídica consiste em elevar à categoria de direito constitucional vários dos princípios de política agrária contidos no Estatuto da Terra, ignorados completamente pelo regime militar. (DELGADO, 2012, p. 83)

Delgado (2012) realiza então uma análise cronológica da economia desde 1980, período que o setor econômico fica estagnado. O autor compara as similaridades das crises que ocorreram em 1982 e em 1999, pois em ambas as crises, a agricultura assume um papel extremamente importante para o produto interno bruto, visto que o setor agrícola precisa exportar agressivamente para o mercado externo, um mecanismo fundamental para conseguir se adequar a crise e gestar a dívida externa. Segundo o autor, após o período de crise, de 1994-1998 o país abandona a estratégia de exportar massivamente até 1999, quando ocorre uma nova crise e o mesmo mecanismo é adotado novamente.

Ademais, o autor aponta 3 momentos em que a economia internacional interferiu na política do agronegócio: “1) 1983-1993, primeira tentativa de resposta à crise do endividamento com recurso aos saldos comerciais oriundos do setor primário; 2) 1994-1999, folga na liquidez internacional, liberalização externa e novo endividamento; e 3) 2000 até o presente, relançamento da

estratégia de reprimarização do comércio externo.” (DELGADO, 2012, p. 79). A partir desses marcos é possível perceber que a economia brasileira está direcionada a atender as demandas impostas do mercado externo.

Por seu turno, na fase de abundância de liquidez internacional, como o foi, por exemplo, o período 1994-1998, abandona-se a política de promoção de exportações, sob a crença então instigada nos círculos oficiais, de que a abertura comercial e financeira da economia brasileira resolveria pelos mercados o problema crônico da dependência de recursos externos. Mas colherá em pouco tempo um novo surto de endividamento externo, cujo limite será a crise de liquidez internacional subsequente. E quando esta advém, a elite econômica relança a estratégia anterior. Este jogo de cartas marcadas, que experimentamos e continuamos a jogá-lo na atualidade, configurará os novos contornos conjunturais do ‘ajustamento externo’ e da questão agrária nestas já duas décadas de constrangimento externo da economia brasileira (anos 1980 e 1990). (DELGADO, 2012, p. 79)

Diante disto, Delgado (2012) realiza um debate sobre as alterações econômicas do setor agrícola agirem de acordo com a especulação financeira e com a desvalorização do capital financeiro e que, portanto, a proposta de reestruturação agrária está ligada a um acordo social de controle da autonomia do capital, que precisa estar sempre subordinado a uma regulação superior. Contudo, uma reforma agrária qualificada só se tornaria possível após a separação dessa aliança existente entre as classes econômicas e do Estado, ou seja, em um tipo de sistema societário que provavelmente não seria o capitalista.

A colocação da questão da terra, hoje, não mais se inscreve como uma contradição pré-capitalista, mas, talvez, como um problema da instabilidade capitalista, se assim entendemos as questões da intensa monopolização das terras e instabilidade social presentes na regulação econômica imposta pelo capital financeiro. Isto posto creio que a questão da reforma agrária terá que se viabilizar ao lado das questões mais gerais sobre as políticas macroeconômicas de emprego, contenção da especulação financeira, planejamento do investimento agregado, reestruturação da política de financiamento rural e reestruturação do gasto público dirigido aos programas de alimentação e nutrição. Isto tudo somente é suportável mediante uma mudança qualitativa do Estado. (DELGADO, 2012, p.69)

De acordo com Delgado (2012) a inserção de um novo modo de produção agrícola inicia em 1999 após uma nova crise cambial, a ascensão do agronegócio acontece em 2000. Inicia-se, assim, o século XXI com um novo modelo econômico ainda mais cruel que o anterior. A crise afeta o país fazendo com que seja necessário realizar sucessivos empréstimos do fundo monetário em 1999, 2001 e 2003 e para o pagamento desse empréstimo ocorre o aumento da produção para exportação fazendo com que a primeira década do século XXI seja configurado como primário-exportadora no plano externo.

Observe-se que agronegócio na acepção brasileira do termo é uma associação do grande capital agroindustrial com a grande propriedade fundiária. Essa associação realiza uma estratégia econômica de capital financeiro, perseguindo o lucro e a renda da terra, sob patrocínio de políticas de Estado. (DELGADO, 2012, p. 94)

Considerando que o autor realizou uma análise contínua dos governos com relação a política externa e verificou que a nossa economia ocupa um lugar de grande fornecedor de produtos agrícolas e minerais na nova divisão internacional do trabalho e essa ocupação além de gerar consequências econômicas e sociais, limita o desenvolvimento do país. “Em outros termos, seria como que pensar o pacto do agronegócio se espalhando pelo conjunto da economia, e impondo cada vez mais uma estratégia privada e estatal de perseguição da renda fundiária como diretriz principal de acumulação de capital ao conjunto da economia”. (DELGADO, 2012, p. 111)

Delgado (2012) aponta que a inserção da economia baseada no agronegócio de 2000-2010 possibilitou o crescimento de algumas cadeias agroindustriais que elevaram a economia. Nesse período de 10 anos, ocorre disparadamente o aumento nas participações das exportações ligadas a competitividade. Essa crescente participação das exportações de matéria prima ligadas a concorrência brasileira no mercado externo se consolidou com mais da metade das exportações de produtos alimentares como carnes, soja e açúcar, além de rações para animais.

A evolução recente do ranking das cadeias produtivas na exportação do agronegócio entre 2000 e 2005 evidencia algo que fica muito mais claro com a associação da matéria-prima

agrícola propriamente dita. Os complexos soja, carnes e sucoalcooleiro, que já respondem por 70% das exportações do agronegócio, segundo o Mapa em 2008, continuam campeões de incremento das exportações do período 2002-2008. Este dado evidencia a hipótese da vantagem comparativa natural e não os conceitos mais complexos de competitividade adquirida, como explicação provável para o boom dos bens primários no comércio externo. (DELGADO, 2012, p. 108)

Segundo Delgado (2012), ocorrem diversas mudanças para que o setor primário conseguisse se inserir no comércio exterior. Esse movimento de ajuste macroeconômico externo fez com que fosse instaurado um pacto de economia política de acordo com cenário recente, porém com aspectos muito semelhantes a uma estratégia adquirida no modelo anterior ao agronegócio (modernização conservadora) no período da ditadura empresarial militar. Portanto, o autor firma que nos anos 2000 ocorre o relançamento de alguns complexos agroindustriais de grande propriedade fundiária e de determinadas políticas do Estado, fazendo com que o projeto de acumulação de capital fosse estabelecido através da captura da renda da terra em consonância com a lucratividade do conjunto dos capitais associadas ao agronegócio.

Ocorre desta maneira, uma articulação público e privada da política agrária com o objetivo de alcançar o lucro e a renda da terra, diferente do modelo anterior, este age ainda mais intensivamente gerando sérias consequências sociais e ambientais. É desta maneira que o novo pacto da economia política do agronegócio é consolidado. Delgado enumera 3 evidências empíricas no processo de inflexão nos mercados que revelam o grande salto exportador de commodities:

- 1) reconstituiu-se o crédito público bancário, sob a égide do Sistema Nacional de Crédito Rural, como principal via de fomento da política agrícola, associada aos mecanismos de apoio e garantia da comercialização agropecuária (PGPM); 2) os preços da terra e dos arrendamentos rurais experimentam uma substancial inflexão para cima em todas as regiões e para todos os tipos de terra, refletindo a alta das commodities. Mas esses preços também são afetados pela forte liquidez bancária, associada às subvenções da política agrícola e de determinada frouxidão da política fundiária relativamente à regulação do mercado de terras; 3) aprofunda-se a inserção externa das cadeias agroindustriais que manipulam com maior evidência as vantagens comparativas naturais da matéria-prima principal do seu processo produtivo. (DELGADO, 2012, p. 109)

De acordo com Delgado (2012), a primeira década do século XXI é ajustada com a inserção primário exportadora com o que o autor caracteriza como pacto de economia política do agronegócio no plano interno. Ele discute as mazelas causadas pelo aprofundamento desse sistema que gerou limites econômicos e grandes sequelas sociais. A inserção de produtos primários no mercado externo fez com que o desequilíbrio externo da economia brasileira já existente, fosse intensificado em médio prazo, fazendo com que a estrutura de dependência externa aumentasse.

Os “serviços” do capital estrangeiro, que sempre foram deficitários no nosso Balanço de Pagamentos, triplicam o tamanho desse déficit na década de 2000, seguindo uma dinâmica de remunerações, fundamentalmente dependente de juros e distribuição de lucros e dividendos, que não se vinculam às exportações primárias. Isto impõe à Conta Corrente um déficit estrutural superdimensionado da ‘Conta Serviços’, a que se deve acrescer outro déficit estrutural do segmento tipicamente industrial da economia, obrigando-nos a depender crescentemente do ingresso de novos capitais. (DELGADO, 2012, p. 112)

Desta maneira, a economia externa afeta diretamente a trajetória da economia brasileira. Quando acontecem as crises mundiais, os preços das commodities caem e a economia nacional estaciona e quando ocorre um salto na economia externa acontece o inverso. Delgado (2012) analisa as condições internas e externas que permitiram que o ajuste econômico ocorresse desta maneira, visto que a pressão para remuneração do capital estrangeiro em consonância com o setor agricultor, que sempre esteve à frente da maioria dos setores industriais, permitiu a extração do excedente econômico pelo setor primário. Desta forma, o autor aponta que a ascensão do Brasil no mercado externo se deu por conta da histórica produtividade dos recursos naturais e a clássica teoria do comércio internacional.

O fato da produtividade de produtos naturais ser o motivo da inserção brasileira no comércio externo fez com que a renda fundiária se tornasse um elemento extremamente essencial e portanto, passa a ser perseguido para a acumulação de capital. Entretanto, apesar de ocorrer investimentos tecnológicos na renda fundiária, a maior parte do investimento é destinado ao agronegócio. Um outro aspecto apontado por Delgado durante esse período de aumento da

demanda externa por commodities, é a repartição do excedente econômico em relação ao plano interno ter ocorrido como um modelo que ele chama de “rendas de monopólio”. Para justificar esse termo, o autor cita uma série de motivos como a concentração da propriedade de terra, a qualidade característica dos recursos naturais explorados, o acesso a fundos públicos por conta das vantagens conferidas à emissão da dívida agrícola e os avanços tecnológicos inseridos no pacote técnico.

Desta maneira, apesar desse aumento da produtividade agrícola acontecer com a adoção de um pacote tecnológico já existente, ocorre a intensificação de um pacote agroquímico para uma maior exploração dos recursos naturais sem levar em consideração as consequências ambientais, dentre eles, o autor cita : “a) o aumento físico de queimadas e desmatamentos, tecnicamente responsáveis pela emissão de dióxido de carbono na atmosfera; e b) a intensificação do uso de agrotóxicos na década, com forte evidência de vários tipos de contaminação.” (DELGADO, 2012, p. 118)

Como não fosse o bastante, esse aumento na produtividade, não ocorre em paralelo ao aumento de emprego e muito menos de salário, ela se dá por meio da superexploração dos trabalhadores rurais que após a inserção desse modelo precisa ainda submeter sua saúde por passar a manejar agrotóxicos completamente nocivos. Este é mais uma das contradições características do sistema capitalista dependente que, apesar de limitar seu desenvolvimento, expropria seus recursos naturais e sua força de trabalho a todo custo para consolidar sua participação no mercado mundial.

4.3 As disputas pela terra na atualidade e as principais bandeiras de luta do MST

Utilizaremos como base para analisar a luta pela terra na conjuntura atual a pesquisa realizada pelo Instituto Tricontinental de Pesquisa Social que nos aponta que atualmente a luta pela terra entre os latifundiários e o movimento se dá por uma disputa de produção agrícola onde o agronegócio ocupa os grandes latifúndios e consome um grande nível de agrotóxico em sua produção, e o MST cultiva com uma proposta de agricultura ecológica e respeitosa com o meio ambiente. O instituto de pesquisa apresenta a forma como o movimento se

reatualizou em se organizar não apenas para reivindicar por um pedaço de terra, mas sim para uma revolução no modo de produção agrícola em busca de uma reforma agrária popular.

O atual estágio da luta pela terra no Brasil, que não se centra mais entre um latifúndio arcaico e improdutivo versus camponeses pobres que lutam por um pedaço de chão, mas na disputa pelo modelo agrícola. De um lado o agronegócio, com suas enormes extensões de terra baseadas na monocultura e que exigem a utilização de enormes quantidades de agrotóxicos para a sua produção, o que levou o Brasil a se tornar o maior consumidor de venenos agrícolas do mundo. Do outro, a agroecologia com a diversidade da produção de alimentos saudáveis em harmonia com a natureza, e que inclui a totalidade de um sistema de produção, como as relações humanas, de trabalho, saúde, cultura, lazer e educação. (INSTITUTO TRICONTINENTAL DE PESQUISA SOCIAL, 2020, p. 4)

Com o enfraquecimento da ditadura empresarial-militar, os movimentos de variados grupos na sociedade conseguiram se fortalecer e avançar, tornando-se possível a construção e desenvolvimento de coletivos formados pela classe trabalhadora, como a Central Única dos Trabalhadores (CUT), Partido dos Trabalhadores (PT), União Nacional dos Estudantes (UNE) e o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra. Assim como Fernandes (1987), o Instituto Tricontinental de Pesquisa Social afirma a segregação ocorrida com os trabalhadores rurais no período em que ocorreu a chamada “revolução verde” fazendo com que as expressões da questão social fossem ainda mais intensificadas. Em meio ao caos, diversos setores da sociedade somaram forças e se organizaram para combater o autoritarismo.

No processo de redemocratização do país, o MST se projetou nacionalmente por meio de grandes ocupações de latifúndios a partir da organização de milhares de famílias acampadas. Duas palavras de ordem impulsionaram a luta pela terra nesse momento: “Sem reforma agrária não há democracia” e “A ocupação é a única solução”. Foi um período de organização e convocação das famílias camponesas para ocupar latifúndios, resultando em muitas áreas de terras desapropriadas e dando início aos primeiros assentamentos da Reforma Agrária. (INSTITUTO TRICONTINENTAL DE PESQUISA SOCIAL, 2020, p. 13)

O Instituto Tricontinental de Pesquisa Social (ITPS) aponta que o MST se

consolidou com 3 princípios centrais desde sua construção até a conjuntura atual. O primeiro corresponde a luta pela terra, que se direciona a reivindicar um direito básico do indivíduo ter um lugar onde morar. O segundo é com relação a uma reforma agrária, onde o movimento tende a cobrar do Estado uma política que amenize o nível de desigualdade construída pelo próprio. E o terceiro diz respeito a busca de uma transformação social, que almeja alcançar a emancipação dos indivíduos. De acordo com o ITPS o MST já foi capaz de conquistar terra para aproximadamente 350 mil famílias e outras 80 mil seguem na luta em acampamentos distribuídos em todo o país.

Em contrapartida agia o movimento dos latifundiários através da União Democrática Ruralista, onde esses fazendeiros pressionavam o governo e distribuíam violência. Segundo o Instituto Tricontinental de Pesquisa Social, mesmo com a redemocratização, os sem-terra permanecem sendo atacados com prisões, escutas telefônicas e até invasões de secretarias estaduais. Além disso, na década de 1990 data o início do neoliberalismo que dificulta o avanço do MST.

A forma como o latifúndio estava organizado ao longo das décadas de 1980 e 1990 – baseado na improdutividade e na violência – fez com que a pauta da reforma agrária tivesse um apelo muito forte na sociedade, e os sem-terra passaram a ter sua luta reconhecida em diversos setores sociais (...). O MST aproveita este período para organizar seus acampamentos e assentamentos, realiza a primeira Marcha Nacional em 1997 para dialogar com a sociedade, denunciar o projeto neoliberal e exigir punição aos responsáveis pelo Massacre de Eldorado dos Carajás, ocorrido no ano anterior. É momento de expansão e territorialização do movimento com apoio internacional e sua consolidação enquanto uma referência política. (INSTITUTO TRICONTINENTAL DE PESQUISA SOCIAL, 2020, p. 14)

A partir de 1990 o agronegócio vai se instaurando e causando mudanças no setor agrário. O ITPS afirma que esse grande negócio na agricultura acontece com a junção do latifundiário, empresas transnacionais, capital financeiro e os meios de comunicação de massa. Essa união gerou o aumento da agressão ambiental com a expansão das fronteiras agrícolas, intensifica a extração mineral e obviamente atinge mais ainda o proletariado. Todas essas ações ocorrem para conter as crises que são cíclicas e estão intrínsecas ao sistema capitalista que vai até as últimas consequências para se manter em

funcionamento.

As mudanças ocorridas no setor agrário ficam cada vez mais distantes de uma política de distribuição de terras. Se, assim como pontua Delgado, o sistema de modernização conservadora vence a reforma agrária, tendo vitória nessa batalha, o sistema do agronegócio vem instaurando uma grande guerra. O que torna a luta pela reforma agrária ainda mais complexa, já que as mudanças e adaptações do capital são sempre em busca de lucro independente das consequências. É desta maneira que o MST passa a dar mais ênfase em um dos seus 3 princípios citados anteriormente, em busca de uma emancipação popular.

Assim como o agronegócio se torna mais complexo a partir das mudanças na natureza do capital, a reforma agrária, como alternativa real e necessária, também deve mudar radicalmente sua natureza, em vistas de apresentar um conjunto de determinações que alterem questões centrais do controle capitalista, a partir da reorganização dos territórios agrários e ambientais em busca de uma soberania popular. (INSTITUTO TRICONTINENTAL DE PESQUISA SOCIAL, 2020, p. 20)

Após a tomada de consciência do MST de que não seria mais interessante para o sistema capitalista uma política de reforma agrária, tendo em vista que estava sendo possível a concentração e acumulação de capital sem a existência de uma política de reparação. Em termos comparativos, os trabalhadores rurais e os latifundiários eram apenas respectivamente um brigadeiro e uma fatia de bolo, enquanto o agronegócio funcionava como uma confeitaria completa. Desta forma, não seria vantajoso pensar políticas para um povo sem terra que já era marginalizado antes da descoberta do grande negócio capitalista que acabara se instaurar e passou a atingir até mesmo os latifundiários.

Vale mencionar um dos elementos presentes no agronegócio que é a produção dos agrotóxicos, sementes transgênicas e a massiva exploração dos recursos naturais. De acordo com o ITPS essa falta de conscientização por parte do grande capital que só busca se apropriar de riquezas sem pensar nos resultados que essas ações podem causar, passam a contaminar os alimentos e a água com esses produtos tóxicos que além de afetar a população, geram instabilidade climática.

Nesse sentido, a centralidade da luta pela terra passa a ser em torno da disputa pelo modelo agrícola. Se antes o inimigo se centrava na figura do antigo latifundiário, agora ele se tornou muito mais poderoso, já que o proprietário de terra se aliou às grandes multinacionais do setor, ao sistema financeiro e aos meios de comunicação de massa, responsáveis por propagandear ideologicamente a concepção de agricultura proposta pelo agronegócio. O antigo latifúndio arcaico e improdutivo se “modernizou” e agora conta com alta capacidade produtiva. (INSTITUTO TRICONTINENTAL DE PESQUISA SOCIAL, 2020, p. 22)

Considerando que a possibilidade de uma reforma agrária no sistema capitalista dependente é praticamente nula, o movimento compreende que para atingir uma política de reparo qualificada é necessário lutar por um novo tipo de sociedade e para atingir esse fim necessita do apoio da grande massa popular que reconhece a importância de produção de alimentos saudáveis, tendo em vista que a economia baseada no agronegócio possui o intuito de produção intensa de commodities para o mercado externo sem nenhuma preocupação com os recursos naturais e com a contaminação dos alimentos, o modelo realiza o uso exacerbado de agrotóxicos pensando exclusivamente no lucro.

Já a reforma agrária popular realizada pelo MST possui como princípio uma agricultura ecológica que produza alimentos saudáveis para o mercado interno respeitando o meio ambiente. O ITPS afirma sobre a proposta desenvolvida pelo movimento para contrariar o êxodo rural que seria a criação de agroindústrias nos assentamentos ocupados que fossem administrados pelos próprios trabalhadores, mais uma característica presente no MST que fora apontada também por Fernandes (1987) está relacionada a participação ativa dos trabalhadores rurais em todos os aspectos relacionados ao MST.

Distante desse cenário, a questão agrária que antes era um problema prejudicial apenas a população do campo, passa a afetar também os grandes centros urbanos. Parafraseando o poema de Eduardo Alves (1968), primeiro eles entram silenciosamente em nosso jardim e roubam uma flor, mas não dissemos nada, até que um dia retornam já não se escondem, destroem nosso jardim e arrancam a voz da garganta e já não podemos dizer nada. Para refletir a dialética realizada pelo movimento que passa ampliar sua ação para além do campo realizando a transição de uma reforma agrária clássica para uma reforma agrária popular, espera-se que a população da cidade consiga também adquirir

consciência da grande transformação que vozes coletivas podem causar. E o MST vem trabalhando para a construção de uma luta coletiva que está sendo desenvolvida gradativamente de forma potente.

Considerando a importância de transformar a maneira predominante de produção de alimentos, a promoção de uma reforma agrária popular é mais do que resistir ao sistema do agronegócio vigente, é uma organização estratégica que visa além de um modelo ecológico e cooperação, pois não está apenas pensando em questões produtivas, como também nas relações humanas. Prova disso, é o enfretamento que o movimento possui contra o machismo e a homofobia. Contudo, vale ressaltar ainda, a prática pedagógica que está presente na luta desde a gênese do MST, que constrói uma educação pautada na autonomia. De acordo com a ITPS, atualmente o movimento utiliza como prática de ensino, o método Paulo Freire que trouxe grandes contribuições e transformações para nossa sociedade.

Diante do exposto, é possível analisar o grande progresso e amadurecimento do MST nesses mais de 37 anos de luta. É notória a consciência política e as iniciativas realizadas pelo movimento em busca de uma transformação social a partir de uma cultura de cooperação entre os indivíduos. A transição da luta pela terra no meio rural para uma luta popular, deixa explícito a dialética presente no coletivo que promove grandes contribuições e avanços para toda a classe trabalhadora a fim de intervir em busca de uma sociedade mais justa que consiga alcançar uma plena cidadania.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto acima, este trabalho de conclusão de curso buscou realizar uma análise da longa estrada de luta pela terra que já perdura por mais de 5 séculos e para isto, se fez necessário recuperar nosso passado histórico. Neste sentido, abordamos o momento de chegada dos europeus que dão início ao processo de formação dos latifúndios, originando a gênese da questão agrária. A colonização ocorreu pelo interesse exclusivamente mercantil do nosso território, com o objetivo de explorar as riquezas aqui presentes e promover uma agricultura que não poderia ser cultivada na terra originária desses invasores.

Vale expor ainda que os colonizadores não saquearam apenas nossas riquezas e nossa força de trabalho, como também, fora apropriada a nossa identidade. Considerando que durante esse período ocorreram diversos ataques a cultura dos povos originários e posteriormente dos negros escravizados que foram sequestrados do seu continente. Foi analisado também, o surgimento da questão social, a influências da lei de terras que teve um papel primordial na exclusão da população negra escravizada.

O Brasil foi um dos últimos países a abolir com o regime escravistas e por este motivo sofria uma grande pressão interna, tendo em vista que existiam movimentos políticos por parte da população escravizada que depois ganha um apoio mais amplo, e externa, em virtude dos interesses mercantis. Esse conjunto de pressões impulsionaram o fim do tráfico de pessoas escravizadas para que acontecesse a transição do trabalho livre, desta maneira, e a lei de terras é estrategicamente elaborada, já prevendo a futura abolição da escravatura.

Durante o decorrer do primeiro capítulo foi realizada uma comparação entre as capitânicas hereditárias serem caracterizadas como a raiz do sistema latifundiário e a lei de terras o tronco que deu continuidade à essa raiz após a abolição e não permitiu que pessoas ex-escravizadas pudessem viver como camponeses. Desta forma, essa política fortaleceu e promoveu a manutenção da extrema desigualdade nacional para reforçar as grandes mazelas geradas pela lei de terras que marginalizou a população mais pobre e principalmente a população negra, que levando em consideração a nossa formação sócio-histórica faz com que a pobreza esteja atrelada a questão racial.

Na introdução deste trabalho foi sinalizado que um dos motivos de definir este tema foi impulsionado por uma disciplina presente na grade curricular, onde recordo nitidamente de uma contradição apontada pela docente referindo-se a transformação brasileira de ficarmos independentes sem abolir coma escravidão e abolir com a escravidão sem a realização de uma reforma agrária para gerar uma reflexão das contradições presentes desde o início da nossa formação.

Para além disso, as discussões presentes neste trabalho se referem também ao período de proletarização do campo com a industrialização da agricultura capitalista que provocou o êxodo rural e as problemáticas geradas a partir desse momento. Considerando que o processo de industrialização produziu a marginalização dos camponeses que precisaram migrar para as cidades em busca de empregos e estavam em quantidade maior que a demanda existente por força de trabalho, fazendo com que fosse formado um grande número de trabalhadores desempregados.

Neste sentido, é com a inserção o avanço da industrialização da agricultura brasileira que ocorre a desvalorização do trabalhador rural, que precisa migrar para a cidade e gera um grande exército industrial de reserva que favorece ainda mais o sistema capitalista, pois com a grande procura por empregos, o aumento da exploração, que favoreceu o processo de concentração e acumulação de capital, principalmente no período de ditadura empresarial militar, tendo em vista que após a implementação do regime em consonância com a grande participação do Estado, gerou o aprofundamento do capitalismo monopolista.

Essa histórica violação decorrente da luta pela terra fez com que em contrapartida fossem construídas variadas formas de resistência popular ao longo desse grande processo que percorre há mais de 5 séculos. Os recorrentes ataques a cultura, a falta de acessos a uma vida minimamente digna como um direito humano produziu mais do que motivos consideráveis para as revoltas dos movimentos desde as ligas camponesas até o MST.

Ironicamente após todas as formas de expropriação e ataques sofridos pela população, sua forma de organização seja vista de maneira pejorativa e dita como radical. Levando em consideração o significado do adjetivo radical, cujo a definição dessa palavra, significa pertencer a raiz, é possível perceber que as ações do MST buscam retornar a raiz do Brasil, a de seus povos originários.

Neste sentido, os povos indígenas possuem grande influência na luta atual do MST, assim como a população negra escravizada que resistiram de acordo com suas possibilidades em determinado período histórico deixando a resistência como um legado.

Os indígenas foram dizimados por não aceitarem o regime da escravidão imposta pelo colonizador. A população negra que sofrera com a diáspora africana também encontrou maneiras de resistência através dos quilombos. Outros movimentos que antecederam o MST foram as Ligas Camponesas e o Movimento dos Agricultores Sem-terra (MST), organizações desenvolvidas na metade do século XX.

Todas essas experiências anteriores serviram como arcabouço para que fosse possível a construção do MST, um movimento nacionalmente reconhecido que através do seu caráter dialético está sempre em construção. O coletivo realiza sabiamente a transição de uma reforma agrária clássica para uma reforma agrária popular, buscando mudanças não apenas no modo de produção de alimentos, como também por um novo modo de produção.

Com isso, a análise realizada buscou apontar os fatores determinantes para o surgimento do MST e as pautas levantadas pelo movimento extremamente necessárias e atuais com vista a uma transformação social, tendo em vista que não será possível alcançar uma sociedade mais justa e igualitária nesse modo de produção existente. Parafraseando Malcom X, não podemos confundir as reações do grupo oprimido sem analisar os ataques do opressor. A terra é nossa e devemos lutar por ela.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, José Amilton de; BEZERRA, Cristina. *Questão agrária: capitalismo e proletarianização rural no Brasil*. Em Pauta, n. 41, v. 16. Rio de Janeiro, jan/jun, 2018.

CASTELO, Rodrigo.; RIBEIRO, Vinícius.; ROCAMORA, Guilherme. *Capitalismo dependente e as origens da “questão social” no Rio de Janeiro*. Revista ServiçoSocial e Sociedade, n. 137, São Paulo, jan./abr, 2020.

COSTA, Eduardo. No Caminho com Maiakóvski. *A magia das poesias*. São Paulo, 1968. Disponível em: <<https://poesiaspoemaseversos.com.br/no-caminho-com-maiakovski-eduardo-alves-da-costa/>>. Acesso em 27/12/2022.

DELGADO, Guilherme Costa. *Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio: Mudanças cíclicas em meio século (1965-2012)*. UFRGS. Rio Grande do Sul, 2012.

FERNANDES, Bernardo M. *A formação do MST no Brasil*. E. Vozes: Petrópolis, 2000

IANNI, Octavio. *Escravidão e racismo*. São Paulo: Hucitec, 1978.

INSTITUTO TRICONTINENTAL DE PESQUISA SOCIAL. *Reforma agrária popular e a luta pela terra*. Dossiê n 27.p.3- 35, Abril de 2020.

MOURA, Clovis. *Dialética radical do negro no Brasil*. São Paulo: Editora Anita, 1994.

NASCIMENTO, Abdias. *O genocídio do negro no Brasil: Processo de um racismo mascarado*. Paz e terra. Rio de Janeiro, 1978.

PRADO Jr., Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense;Publifolha, 2000.

ROCHA, Rosaly Justiniano de Souza; CABRAL, José Pedro Cabrera. *Aspectos históricos da questão agrária no Brasil*. Revista produção acadêmica. Núcleo de estudos urbanos regionais e agrários (NURBA). vol. 2, n.1, junho, 2016.

SILVA, José Graziano da. *O que é questão agrária*. São Paulo, Brasiliense,1984.

STEDILE, João Pedro. *Questão Agrária no Brasil – o debate tradicional*. 2º edição.São Paulo: Expressão Popular, 2011.

STEDILE, João Pedro. *A Questão agrária no Brasil – O debate da esquerda1960- 1988*. 2ª edição. São Paulo, Expressão popular. 2012.

AUTORIZAÇÃO

EVYLAYNE SILVA DE OLIVEIRA, DRE 117245078, AUTORIZO a Escola de Serviço Social da UFRJ a divulgar total ou parcialmente o presente Trabalho de Conclusão de Curso através de meios eletrônicos e em consonância com a orientação geral do SiBI.

Rio de Janeiro, dia 03/01/2023.

assinatura

Evylayne Silva de Oliveira